



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

Avenida João da Mata, nº 256 – Bairro Jaguaribe – João Pessoa – Paraíba – CEP: 58015-020
(83) 3612-9703 – conselhosuperior@ifpb.edu.br

RESOLUÇÃO CS Nº 33, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Curso Técnico em Cuidados de Idosos Subsequente ao Ensino Médio, constante no Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, a ser ofertado pelo Campus Avançado Mangabeira e aprovação do Plano Pedagógico do curso em tela.

O CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB), no uso de suas atribuições legais com base no § 1º do Art. 10 e seus parágrafos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e no Art. 16 do Estatuto do IFPB, aprovado pela Resolução CS nº 246, de 18 de dezembro de 2015, e considerando o disposto no VII do Art. 17, do Estatuto já mencionado, a regularidade da instrução e o mérito do pedido, conforme consta no Processo nº 23381.004474.2015-83 do IFPB, e de acordo com as decisões tomadas na Trigésima Quarta Reunião Ordinária, de 19 de dezembro de 2018, **RESOLVE:**

Art. 1º - Convalidar a Resolução-AR nº 120, de 31/07/2015, que autoriza o funcionamento do Curso Técnico em Cuidados de Idosos Subsequente ao Ensino Médio, a ser ofertado pelo Campus Avançado Mangabeira, estabelecido provisoriamente na Avenida Hilton Souto Maior, s/n – Mangabeira, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Art. 2º - Aprovar o Plano Pedagógico do Curso Técnico em Cuidados de Idosos, com a seguinte estrutura e matriz curricular:

Forma de oferta: Subsequente ao Ensino Médio

Modalidade: Presencial

Denominação do Curso: Curso Técnico em Cuidados de Idosos

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

Local de oferta: IFPB - Campus Avançado Mangabeira.

Número de vagas: 80 (oitenta) anual.

Turno: Noturno

Período de Duração: 4 (quatro) semestres

Carga Horária Total: 1329 horas

Art. 3º - Esta resolução deve ser publicada no Boletim de Serviço e no Portal do IFPB.


MARY ROBERTA MEIRA MARINHO
Presidente do Conselho Superior Substituta



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CÂMPUS MANGABEIRA**

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**Curso Técnico em Cuidados de Idosos
(Subsequente)**

JUNHO - 2018

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

► REITORIA

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes | **Reitor**

Mary Roberta Meira Marinho | **Pró-Reitora de Ensino**

Walmeran José Trindade Júnior | **Diretor de Educação Profissional**

Maria José Aires Freire de Andrade | **Diretora de Articulação Pedagógica**

► CAMPUS MANGABEIRA

Zoraida Almeida de Andrade Arruda | **Diretora Geral**

A nomear | **Diretora de Desenvolvimento do Ensino**

A nomear | **Diretor de Administração e Planejamento**

A nomear | **Coordenador(a) Pedagógico(a)**

Dione Marques Figueiredo Guedes Pereira | **Coordenadora do Curso Técnico em Cuidados de Idosos**

► CONSULTORIA PEDAGÓGICA

Maria José Aires Freire de Andrade | **IFPB/PRE/DAPE**

► REVISÃO FINAL

Tibério Ricardo de Carvalho Silveira | **IFPB/PRE/DAPE**

► COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

1. Zoraida Almeida de Andrade Arruda | IFPB - Campus João Pessoa
2. Andréa de Lucena Lira | IFPB - Campus João Pessoa
3. Cecília Ventura Alves | IFPB - Campus João Pessoa
4. Dione Marques Figueiredo Guedes Pereira | IFPB - Campus Cabedelo Centro
5. Luciano Candeia | IFPB - Campus João Pessoa
6. Malu Micilly Porfirio Santos Pinto | IFPB - Campus João Pessoa
7. Maria José Pereira Dantas | IFPB - Campus João Pessoa
8. Maria Salete Rodrigues da Silva | IFPB - Campus João Pessoa
9. Maria Theresa Targino de A. Rangel | IFPB - Campus João Pessoa
10. Peterson Martins Alves Araújo | IFPB - Campus João Pessoa
11. Rosicléa Maria Santos Dandrea | IFPB - Campus João Pessoa
12. Tarcísio Duarte da Costa | IFPB - Campus João Pessoa
13. Valdelúcia dos Santos Frazão | IFPB - Campus João Pessoa
14. Yara Sílvia Freire Rabay | IFPB - Campus João Pessoa

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	4
2	CONTEXTO DO IFPB.....	5
	2.1 Dados.....	5
	2.2 Síntese histórica.....	5
	2.2.1 Do bairro de Mangabeira.....	13
	2.3 Missão institucional.....	14
	2.4 Valores e princípios.....	15
	2.5 Finalidades.....	15
	2.6 Objetivos.....	16
3	CONTEXTO DO CURSO.....	18
	3.1 Dados Gerais.....	18
	3.2 Justificativa.....	18
	3.3 Concepção do curso.....	28
	3.4 Objetivos do curso.....	29
	3.4.1 Objetivo Geral.....	29
	3.4.2 Objetivos Específicos.....	29
	3.5 Competências.....	30
	3.6 Perfil do egresso.....	31
	3.7 Possibilidades de atuação no mundo de trabalho.....	31
4	MARCO LEGAL.....	31
5	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	33
6	METODOLOGIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PREVISTAS.....	34
7	MATRIZ CURRICULAR (FLUXOGRAMA).....	37
8	PLANOS DE DISCIPLINAS.....	38
	8.1 Linguagens e Práticas Discursivas.....	38
	8.2 Informática Aplicada aos Cuidados de Idosos.....	40
	8.3 Ética, responsabilidades e legislações voltadas ao cuidador formal.....	42
	8.4 Anatomia e Fisiologia Humana no Processo de Envelhecimento.....	44
	8.5 Fundamentos de Gerontologia e Geriatria.....	46
	8.6 Aspectos Comportamentais e Culturais do Envelhecimento.....	48
	8.7 Noções básicas de urgência e emergência.....	50
	8.8 Segurança e acessibilidade para a pessoa idosa.....	52
	8.9 Patologias Comuns à Pessoa Idosa.....	55
	8.10 Higiene pessoal e cuidados com a pele.....	57
	8.11 Políticas Públicas e Redes de Atenção à Pessoa Idosa.....	59
	8.12 Direito e Legislação voltados à pessoa idosa.....	62
	8.13 Atividades lúdicas e ocupacionais.....	63
	8.14 Nutrição da Pessoa Idosa.....	66
	8.15 Psicologia Aplicada ao Cuidador e ao Idoso.....	68
	8.16 Empreendedorismo e projeto social.....	71
	8.17 Relações Humanas e Qualidade de Vida.....	73
	8.18 Cuidados paliativos, processos de morte e morrer.....	75

8.19 Práticas integrativas e complementares em saúde	77
9 REGULAMENTO DIDÁTICO PARA OS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES	80
9.1 Ingresso e Matrícula	80
9.2 Trancamento e Reabertura de Matrícula	81
9.3 Aproveitamento de Conhecimentos Adquiridos	81
9.4 Transferência e Adaptação Curricular	82
9.5 Reingresso	83
9.6 Avaliação	84
9.7 Aprovação e Reprovação	85
9.8 Reposição das Avaliações	86
9.9 Regime Especial de Exercício Domiciliar	86
9.10 Práticas Profissionais	87
9.11 Jubilamento	88
9.13 Diplomação	88
10 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	89
10.1 Docente	89
10.1.1 Quadro docente efetivo	91
10.2 O Corpo Técnico Administrativo	91
11 BIBLIOTECA	91
12 INFRAESTRUTURA	92
12.1 Espaço Físico Geral	92
12.2 Recursos audiovisuais e multimídia	92
12.3 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais...	92
13 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)	94
13.1 Infraestrutura de segurança	94
14 LABORATÓRIOS	94
14.1 Laboratório de Informática – I	94
14.2 Laboratório de Informática – II	95
14.3 Laboratório de primeiros socorros	96
14.4 Laboratório de suporte básico à vida	96
14.5 Laboratório didático: unidade de saúde	96
15 AMBIENTES DA ADMINISTRAÇÃO	96
16 AMBIENTES DA COORDENAÇÃO DO CURSO	97
17 SALAS DE AULA	98
18 REFERÊNCIAS	100

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba tem uma missão que envolve uma complexa e ampla gama de atividades, cujo fluxo cresce exponencialmente. Inúmeras são as questões colocadas no objetivo de ofertar cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação que atendam as realidades regionais nas quais os campi estão inseridos. Exige-se, diante destas questões, que os gestores do instituto, juntamente com os formuladores de políticas públicas da educação, dediquem atenção constante em busca de um equilíbrio entre formação profissional e acadêmica, entre formação básica e multidisciplinar e o desenvolvimento de atividades extracurriculares. O corpo discente deve ser preparado para possuir a visão de uma carreira e de constante pensamento em empregabilidade e não apenas a de um emprego. A complexidade da discussão sobre os princípios filosóficos que devem balizar as atividades do Instituto é diretamente proporcional à complexidade de suas finalidades. (PDI – IFPB 2015-2019)

Visando ampliar as diversidades educacionais e atender aos anseios dos jovens em consonância com as vocações econômicas regionais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, *Campus Mangabeira* apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Cuidados de Idosos (na forma subsequente).

Considerando a atual política do Ministério da Educação – MEC, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96) e o Decreto nº 5.154/2004, que define a articulação como nova forma de relacionamento entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio, assim como, no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, e na Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o IFPB, *Campus Mangabeira*, apresenta o seu Plano Pedagógico de Curso Técnico em Cuidados de Idosos, pertencente ao Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, na forma subsequente.

Partindo da realidade, a elaboração do referido plano primou pelo envolvimento dos profissionais, pela articulação das áreas de conhecimento e pelas orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT – 2012; Resolução

CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012; Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de dezembro de 2014).

O PPC constitui instrumento de concepção de ensino e de aprendizagem do curso em articulação com a especificidade e saberes de sua área de conhecimento. Nele está contida a referência de todas as ações e decisões do curso.

Um dos desafios desta instituição é formar profissionais que sejam capazes de lidar com a rapidez da geração dos conhecimentos científicos e tecnológicos e de sua aplicação eficaz na sociedade, em geral, e no mundo do trabalho, em particular.

Assim, com a criação do Curso Técnico em Cuidados de Idosos no *Campus Mangabeira*, o IFPB consolida a sua vocação de instituição formadora de profissionais cidadãos capazes de lidarem com o avanço da ciência e da tecnologia e dele participarem de forma proativa configurando condição de vetor de desenvolvimento tecnológico e de crescimento humano.

2. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

2.1 Dados

CNPJ:	10783898/0001-75		
Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba		
Unidade:	Campus de Mangabeira		
Esfera Adm.:	Federal		
End.:	Av.Hilton Souto Maior, s/n	n.:	s/n
Bairro:	Mangabeira	Cidade:	João Pessoa
		CEP:	58046-600
		UF:	PB
Fone:	- (83) 99119-7136	Fax:	-
E-mail:	campus_mangabeira@ifpb.edu.br		
Site:	www.ifpb.edu.br		

2.2 Síntese histórica

O atual Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB tem mais de cem anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações (Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba - de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa - de 1937 a 1961; Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba - de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba - de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – de 1999 a 2008 e, finalmente, IFPB, de 2008 aos dias atuais.

Criado no ano de 1909, através de decreto presidencial de Nilo Peçanha, o seu

perfil atendia a uma determinação contextual que vingava na época. Como Escola de Aprendizes Artífices seu primeiro nome foi concebido para prover de mão-de-obra o modesto parque industrial brasileiro que estava em fase de instalação.

Àquela época, a Escola absorvia os chamados “desvalidos da sorte”, pessoas desfavorecidas e até indigentes, que provocavam um aumento desordenado na população das cidades, notadamente com a expulsão de escravos das fazendas, que migravam para os centros urbanos. Tal fluxo migratório era mais um desdobramento social gerado pela abolição da escravatura, ocorrida em 1888, que desencadeava sérios problemas de urbanização.

O IFPB, no início de sua história, assemelhava-se a um centro correcional, pelo rigor de sua ordem e disciplina. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada capital dos estados da federação, como solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o período, para conter conflitos sociais e qualificar mão-de-obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir dos anos 30.

A Escola da Paraíba, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, inicialmente funcionou no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, depois se transferiu para o Edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960 e, finalmente, instalou-se no atual prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, Capital.

Ainda como Escola Técnica Federal da Paraíba, no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras - UNED.

Enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET-PB, a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão em suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Educação Profissional - NEP, que funciona na Rua das Trincheiras.

Em 2007, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, vivenciou a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande – UNED-CG e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca no município de Cabedelo.

Desde então, esta instituição oferece às sociedades paraibana e brasileira cursos técnicos de nível médio (integrado e subsequente) e cursos superiores de

tecnologia, bacharelado e licenciatura, em consonância com a linha programática e princípios doutrinários consagrados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/EM e normas dela decorrentes.

O CEFET, com o advento da Lei 11.892/2008, passa à condição de IFPB, como uma instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba. Além dos cursos, usualmente chamados de “regulares”, a Instituição desenvolve um amplo trabalho de oferta de cursos extraordinários, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas de qualificação, profissionalização e re-profissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão.

O IFPB, em obediência ainda às suas obrigações previstas em lei, tem desenvolvido estudos com vistas a oferecer programas para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública.

Objetivando ampliar suas fronteiras de atuação, o Instituto desenvolve ações para atuar com competência na modalidade de Educação à Distância (EAD) e tem investido fortemente na capacitação dos seus professores e técnicos administrativos, no desenvolvimento de atividades de pós-graduação *lato sensu*, *stricto sensu* e de pesquisa aplicada, preparando as bases para a oferta de pós-graduação nestes níveis, horizonte aberto com a nova Lei.

Até o ano de 2010, contemplado com o Plano de Expansão da Educacional Profissional, Fase II, do Governo Federal, o Instituto implantou mais cinco *Campi*, no estado da Paraíba, contemplando cidades consideradas pólos de desenvolvimento regional, como Picuí, Monteiro, Princesa Isabel, Patos e Cabedelo.

Dessa forma, o Instituto Federal da Paraíba abrange: João Pessoa e Cabedelo, no litoral; Campina Grande no brejo e agreste; Picuí no Seridó Ocidental; Monteiro no Cariri; Patos, Cajazeiras, Souza e Princesa Isabel na região do sertão conforme Figura 1:

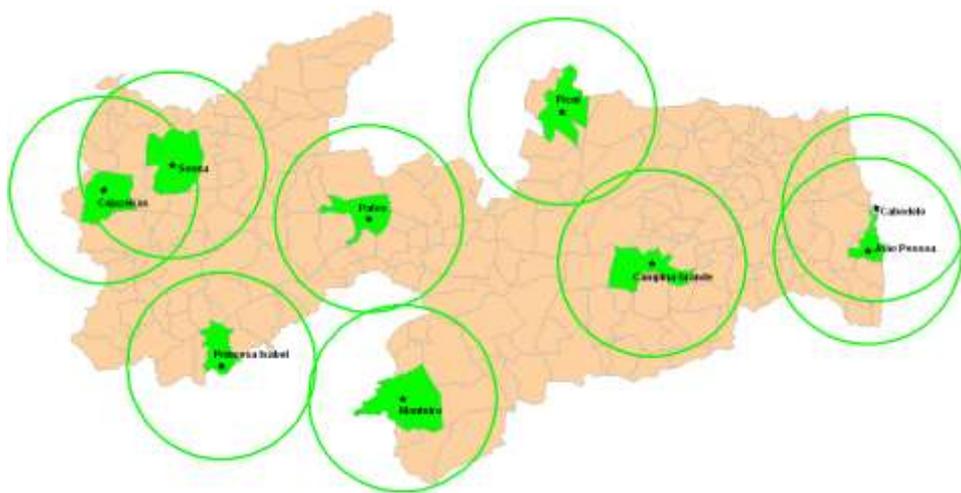


Figura 1. Abrangência do IFPB no Estado

As novas unidades educacionais levam à essas cidades e suas adjacências Educação Profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, proporcionando-lhe crescimento pessoal e formação profissional, conseqüentemente, oportunizando a essas regiões desenvolvimento econômico e social e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida a sua população.

Vale ressaltar que a diversidade de cursos ora ofertados pela Instituição justifica-se pela experiência e tradição desta no tocante à educação profissional.

O Instituto Federal da Paraíba, considerando as definições decorrentes da Lei nº. 11.892/2009 e observando o contexto das mudanças estruturais que tem ocorrido na sociedade e na educação brasileira, adota um Projeto Acadêmico baseado na sua responsabilidade social advinda da referida Lei, a partir da construção de um projeto pedagógico flexível, em consonância com o proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando produzir e reproduzir os conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos, de modo a proporcionar a formação plena da cidadania, que será traduzida na consolidação de uma sociedade mais justa e igual.

O IFPB atua nas áreas profissionais das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes.

São ofertados cursos nos eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Produção Cultural e Design, Gestão e Negócios, Infra-Estrutura, Produção Alimentícia, Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Ambiente, Saúde e Segurança.

Nessa perspectiva, a organização do ensino no Instituto Federal da Paraíba oferece aos seus alunos oportunidades em todos os níveis da aprendizagem, permitindo o processo de verticalização do ensino. Ampliando o cumprimento da sua responsabilidade social, o IFPB atua em programas tais como Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (**PRONATEC**) que foi implantado pelo Governo Federal por meio da Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, e o “**Programa Mulheres Mil**” que foi Instituído pela Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Segundo a “Chamada Pública MEC/SETEC – 001/2012” que traz o “Documento de referência para apresentação e seleção de projetos”, o Programa Mulheres Mil visa à aplicação de uma metodologia de trabalho “desenvolvida para acolher mulheres que se encontram em diversos contextos sociais de marginalização e vulnerabilidade social e incluí-las no processo educacional e no mundo do trabalho”. A oferta, propiciando o prosseguimento de estudos, o Ensino Técnico de Nível Médio, do Ensino Tecnológico de Nível Superior, das Licenciaturas, dos Bacharelados e dos estudos de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Ampliando o cumprimento da sua responsabilidade social o IFPB também atua fortemente em Programas de Formação Continuada (FIC), PROEJA, PROJovem, Mulheres Mil, propiciando o prosseguimento de estudos através do Ensino Técnico de Nível Médio, do Ensino Tecnológico de Nível Superior, das Licenciaturas, dos Bacharelados e dos estudos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

Além de desempenhar o seu próprio papel na qualificação e requalificação de recursos humanos, o IFPB atua no suporte tecnológico às diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão, bem como no apoio às necessidades tecnológicas empresariais. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas gradativamente vem se consolidando dentro do contexto macro-regional delimitado pelos estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

O Instituto Federal da Paraíba, em sintonia com o mercado de trabalho e com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, traça as estratégias para a implantação de 06 (seis) novos *campi* nas cidades de Guarabira, Itaporanga, Itabaiana, Catolé do Rocha, Santa Rita e Esperança, contemplados no Plano de Expansão III. Assim, junto aos *campi* já existentes, promovem a interiorização da educação no território paraibano.

No tocante aos aspectos econômico, social e político, a Paraíba está dividida em 4 mesorregiões, assim denominadas, de acordo com a classificação estabelecida pelo IBGE: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano (Figura 2).

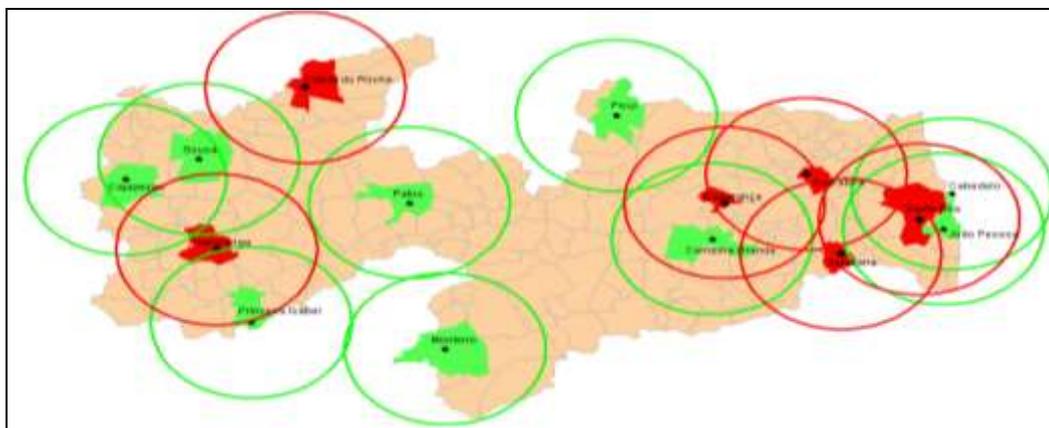


Figura 2. Mesorregiões da Paraíba e a Expansão do IFPB

Os Campi João Pessoa, Cabedelo e Mangabeira (em estágio de implantação) atendem, conforme a política de expansão da educação profissional e tecnológica no país, as demandas correspondentes a **Zona Litoral-Mata**, uma região polarizada pela capital João Pessoa que pelo IBGE integra as Microrregiões Geográficas: Litoral Norte, Sapé, João Pessoa e Litoral Sul, que englobam 30 dos 223 municípios do Estado, ou seja, 13,45% do total. Com uma superfície de 5.242 km² (9,3% do território do Estado), abrigava uma população de 1.196.594 habitantes, em 2000, o que significa uma densidade de 228,3 hab/km². O grande aglomerado urbano da capital do Estado é um dos principais responsáveis por essa concentração populacional.

Os seis distritos industriais existentes nas cidades de João Pessoa, Conde, Alhandra, Guarabira, Santa Rita e Cabedelo abrigam indústrias nas mais diversas áreas da atividade econômica. O número de indústrias, volume de produção e taxas de emprego são as maiores do estado, com maior concentração na área de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo.

Embora o número de indústrias, bem como o volume de investimento tenha aumentado, a média de empregos na indústria tem decrescido nos últimos anos no estado, passando de 111,1% no ano de 1995 para 95,3% no ano de 1998. Nota-se que no mesmo período houve um crescimento semelhante em outras áreas como a de serviços e comércio.

A cidade de João Pessoa é a sede da 1ª Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba, formada por 25 municípios:



Figura 3 1ª Região Geoadministrativa da Paraíba

Segundo o IBGE, em 2008, a região Geoadministrativa contava com 1.247.200 pessoas, expressando uma densidade demográfica de 289,25 habitantes por quilômetro quadrado, constituindo-se, dessa forma, uma região densamente povoada da Paraíba (IDEME, 2008).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2011), consideram-se Arranjos Produtivos Locais aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Através de resultados de Pesquisas Diretas e consultas a órgãos oficiais (prefeituras, SEBRAE etc.), os principais APL's encontrados na região de João Pessoa ligados aos setores da Indústria, do Comércio e de Serviços foram:

Indústria: Confecções / Vestuário; Calçados; Alimentos; Cerâmica; Agroindústria; Cimento e Premoldados; Metalurgia e Plásticos; Alumínio; Madeiras; Móveis; e Construção Civil.

Comércio: Móveis; Farmácias; Cama, Mesa e Banho; Informática e Telefonia; Vestuário; Bebidas; Calçados; Supermercados e Mercarias; Eletrodomésticos; Bazar e Papelaria; Jóias/bijuterias; Pólo Distribuidor; Perfumarias e Cosmética.

Serviços: Telefonia e Telecomunicações; Serviços Bancários; Informática; Serviços Gráficos; Bares e Restaurantes; Clínicas Médicas e Odontológicas; Hospital e Maternidade; Escritórios de Advocacia; Serviços Contábeis.

Como forma de análise pode-se inferir que a região tem, nos três segmentos da economia, um significativo leque de áreas de atuação.

Apesar de um campus do IFPB ter sede em um município, os estudos de viabilidade para implantação de cursos para o campus levam em consideração dados de todos os municípios que compõem a Região Geoadministrativa onde está inserido, o que atende a missão institucional de fazer desenvolver toda a região.

Neste contexto, a 1ª Região Geoadministrativa, com 25 municípios, apresenta uma perspectiva para instalação de mais de um Campus do IFPB. Cada um dos Campi situados na mesma Região Geoadministrativa irá se concentrar em uma área limítrofe de atuação, guardando-se as peculiaridades de cada Arranjo Produtivo Local – APL. Neste sentido, a referida região já possui dois campi operando (João Pessoa e Cabedelo) e outro em fase de implantação (Santa Rita).

A cidade de João Pessoa, lócus do Campus Mangabeira, é uma das microrregiões da Paraíba com população estimada em 2007 pelo IBGE em 970.703 habitantes e está dividida em seis municípios. Possui uma área total de cerca de 1.262 km², ponto mais oriental das Américas com longitude oeste de 34°47'30" e latitude sul de 7°09'28" (Ponta do Seixas). Fundada em 1585 com o nome de Nossa Senhora das Neves, João Pessoa é a terceira capital de estado mais antiga do Brasil. A altitude média em relação ao nível do mar é de 37 metros, com altitude máxima de 74 metros nas proximidades do rio Mumbaba, predominando em seu sítio urbano terrenos planos com cotas da ordem de 10 metros, na área inicialmente urbanizada. A cidade de João Pessoa apresenta um clima quente e úmido, temperaturas médias anuais de 26 C. A denominação mais usual para o clima da cidade é o de tropical úmido. Conta, ainda, com um litoral de cerca de 24 quilômetros de extensão, 9 praias só no município fora as praias da cidade de Cabedelo e da cidade de Lucena e do Distrito de Jacumã no município do Conde onde fica a Praia Naturista de Tambaba.

A capital paraibana tem a maior economia (indústrias, comércio e serviços) e arrecadação de impostos para o estado.

Na área educacional, destaca-se o número elevado de oferta de vagas nas instituições de ensino superior bem como na educação básica e profissional. João

Pessoa, a principal cidade da região, conta atualmente com onze IESs – o Instituto Federal incluso - centenas de escolas públicas e privadas que atuam na educação básica, além de unidades do SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SEBRAE e instituições privadas de educação profissional. Ela tornou-se um centro educacional de médio porte – em nível nacional – algo que tende cada vez mais a crescer em função do aumento contínuo da demanda por oportunidades educacionais, tendência esta que tem merecido atenção e ações constantes do Instituto Federal da Paraíba, conta com 3 unidades na região.

O perfil de formação do Campus MANGABEIRA será no eixo tecnológico AMBIENTE E SAÚDE, direcionando a sua capacidade instalada, especificamente, para cursos na dimensão da SAÚDE. Desta forma com o propósito de não duplicar cursos já ofertados pelas outras instituições presentes na região de abrangência do Campus João Pessoa, foi realizado um levantamento da oferta de cursos (técnicos, tecnologia, licenciaturas e bacharelados), o que possibilitou identificar a diversidade de formações ofertadas pelas várias instituições presentes no município de João Pessoa: IFPB, UFPB, UEPB e várias faculdades privadas, como observadas no Quadro 1:

Quadro 1. Ofertas de cursos na região de abrangência do campus João Pessoa

Instituição	Especificação de cursos			
	Técnico	Superior de Tecnologia	Licenciatura	Bacharelado
IFPB – Campus João Pessoa	Vários cursos – eixos temáticos: Processos Industriais, Gestão e Negócios, Informática e Infraestrutura.	Vários cursos – eixos temáticos: Processos Industriais, Gestão e Negócios, Informática e Infraestrutura.	Química	Administração Engenharia Elétrica
UFPB – Campus I – João Pessoa		Gestão pública Alimentos Sucroalcooleira	Vários Cursos nas áreas de humanas, exatas e saúde	Vários Cursos nas áreas de humanas, exatas e saúde
UEPB – Campus V – João Pessoa				Arquivologia Ciências Biológicas Relações Internacionais
Faculdades Privadas	Vários cursos	Vários cursos	Vários Cursos nas áreas de humanas, exatas e saúde.	Vários Cursos nas áreas de humanas, exatas e saúde.

De acordo com pesquisa direta foram encontradas as seguintes faculdades privadas: IESP (Instituto de Educação Superior da Paraíba), UNIBRATEC (Ensino Superior, e técnico em informática), FESVIP (Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula), FATEC-PB (Faculdade de Tecnologia da Paraíba), INPER (Instituto Paraibano de Ensino Renovado), FPB (Faculdade Potiguar da Paraíba),

UNIPE - Centro Universitário de João Pessoa, UNIPB (Faculdade Unida da Paraíba), FCM (Faculdade de Ciências Médicas), FESP (Faculdade de Ensino Superior da Paraíba), IPEC (Instituto Paraíba de Educação e Cultura), FATEC (Faculdade de Tecnologia de João Pessoa), ASPER (Associação Paraibana de Ensino Renovado), UNIUOL Faculdades, FAP (Faculdade Paraibana), FPPD (Faculdade Paraibana de Processamento de Dado), Faculdade MAURÍCIO DE NASSAU, LUMEN (Faculdade de Ciências Contábeis Luiz Mendes Ltda.), ENSINE Faculdades, FACENE/FAMENE.

2.2.1 Do Bairro de Mangabeira

O Bairro de Mangabeira localiza-se na região sul do município de João Pessoa, atualmente consta como o bairro mais populoso da Paraíba (75.988 habitantes), possuindo área de 10,40 quilômetros quadrados e densidade demográfica de 7.306,54 hab/km². O referido bairro mantém uma localização estratégica em relação aos bairros do Litoral Sul, em um raio de cinco quilômetro.

De acordo com o portalmangabeira.com.br Mangabeira, este bairro foi fundado em 23 de abril de 1983 com o nome Conjunto Habitacional Tarcísio de Miranda Burity. A denominação Mangabeira tem origem no cultivo de mangabas pelas granjas e fazendas locais. O bairro é composto por oito partes, numeradas do I (um) ao VIII (oito), abrigando diferentes classes sociais, sendo Mangabeira 8 o maior trecho desse território. Apresenta forte tendência comercial e de serviços, ficando atrás apenas do centro da cidade de João Pessoa.

Na dimensão Norte- Sul, o bairro inicia-se no colégio CAIC Damásio Franca, futuras instalações do IFPB: Campus Mangabeira, terminando na "Ladeira Valentina/Mangabeira" e na dimensão Oeste-Leste segue do sítio da Laranjeiras até próximo do novo Centro de Convenções de João Pessoa.

Possui cerca de 33 escolas, cinco praças, uma feira livre e o 2º maior mercado público da cidade (atrás apenas do Mercado Central) e a 2ª maior avenida comercial da cidade, a Josefa Taveira (principal, dentre as três do Bairro). Estão Presentes no bairro sedes de importantes como: A sede Norte-Nordeste da Unimed, uma Subprefeitura, a Academia de Polícia Militar e Civil, DETRAN, Inmetro, Unidade Prisional de Segurança Média e Máxima, Companhia Estadual de Habitação Popular (Cehap), Escola Técnica Estadual, Casa da Cidadania, ESPEP além de estarem sendo construídos 2 restaurantes populares no bairro.

Na área específica a ser foco do IFPB Campus Mangabeira: Saúde, no bairro de Mangabeira estão localizados o Centro de Atenção Integral à Saúde (CAIS), a sede do Distrito Sanitário III, o Complexo Hospitalar Humberto Nóbrega, que abrange o Centro de Ortopedia e Traumatologia (Ortotrauma ou Trauminha) e o Hospital Maternidade Santa Maria, duas Farmácias Populares e o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). O bairro possui 26 Unidades de Saúde da Família. Os bairros adjacentes a Mangabeira (Valentina, Costa do Sol, Gramame e José Américo) também apresentam destaque no que diz respeito à saúde. Toda essa infraestrutura de suporte à saúde ressalta o potencial da área para a sua vocação local.

2.3 Missão Institucional

Preparar profissionais cidadãos com sólida formação humanística e tecnológica para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade sustentável, justa e solidária, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.

2.4 Valores e Princípios

No exercício da Gestão o IFPB deve garantir a todos os seus *Campi* a autonomia da Gestão Institucional democrática a partir de uma administração descentralizada tendo como referência os seguintes princípios:

- a) Ética – Requisito básico orientador das ações institucionais;
- b) Desenvolvimento Humano – Desenvolver o ser humano, buscando sua integração à sociedade através do exercício da cidadania, promovendo o seu bem-estar social;
- c) Inovação – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- d) Qualidade e Excelência – Promover a melhoria contínua dos serviços prestados;
- e) Autonomia dos *Campi* – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada *campus*;
- f) Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão, aproximando a administração da comunidade;
- g) Respeito – Atenção com alunos, servidores e público em geral;
- h) Compromisso Social – Participação efetiva nas ações sociais, cumprindo seu papel social de agente transformador da sociedade.

2.5 Finalidades

Segundo a Lei 11.892/08, o IFPB é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

O Instituto Federal da Paraíba atuará em observância com a legislação vigente com as seguintes finalidades:

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal da Paraíba;

V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico e Criativo.

VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias

sociais, notadamente, as voltadas à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida;

X. Promover a integração e correlação com instituições congêneres, nacionais e Internacionais, com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão.

2.6. Objetivos

Observadas suas finalidades e características, são objetivos do Instituto Federal da Paraíba:

I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III. Realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e ambientais;

V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI. Ministrando em nível de educação superior:

a) cursos de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo, nas áreas de ciências e matemática e da educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

3. CONTEXTO DO CURSO

3.1 Dados Gerais

Denominação:	Curso Técnico em Cuidados de Idosos				
Forma:	Subsequente ao Ensino Médio				
Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde				
Duração:	04 (quatro) semestres				
Vigência:	A partir do Semestre 2016.1				
Carga Horária:	1329 (1069 horas + 260 horas de práticas profissionais)				
Estágio	Não consta Estágio Supervisionado, mas constam atividades de práticas profissionais supervisionadas que serão obrigatórias a todos os alunos.				
Carga Horária Total	1329 horas				
Turno de Funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Vagas anuais:	–	–	-	80	80

3.2 Justificativa

Diante do atual quadro de oferta da educação profissional pelo Instituto Federal da Paraíba, considerando potencialidades e os Arranjos Produtivos Locais (APL), o Instituto Federal da Paraíba implanta um novo Campus em Mangabeira, abrangendo, em um raio de cinco quilômetros, todos os bairros da região sul do município de João Pessoa, com o objetivo de ofertar cursos técnicos e superiores que atendam, de forma mais direcionada, novas demandas de formação profissional da região. Ver Figura 4.

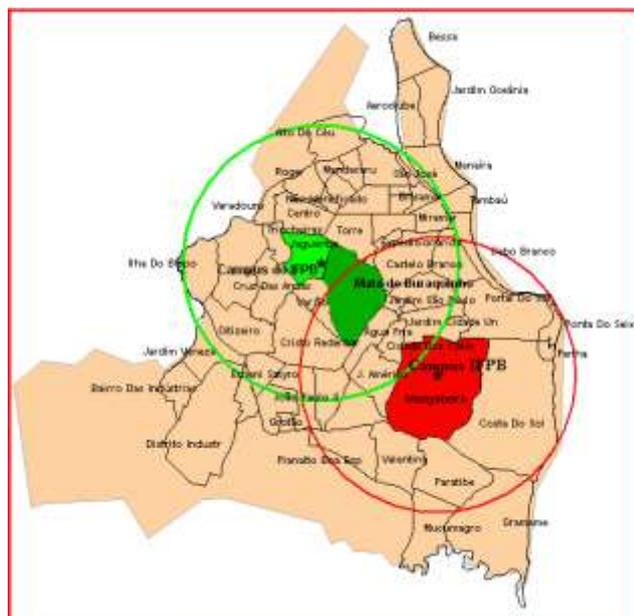


Figura 4. Abrangência do Campus Mangabeira - João Pessoa-PB
 Fonte: Estudos de Viabilidades de Cursos IFPB 2012

Apesar dos bairros da região sul serem estrategicamente mais beneficiados pelos cursos a serem ofertados no IFPB: Campus de Mangabeira, tais cursos ofertados têm como base arranjos produtivos identificados em todos os 64 bairros do município de João Pessoa. Assim, para este estudo específico –O CAMPUS DE MANGABEIRA - considera-se como área limítrofe de atuação todo o município de João Pessoa.

Das análises realizadas para verificar a viabilidade do Campus Mangabeira, observa-se que a análise das áreas Saúde e Educação direcionou o perfil do Campus para a área da Saúde, seguindo o Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo anual do Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

Mesmo com um recorte municipal, possibilita gerar um resultado nacional discriminado por unidades da Federação, graças à divulgação oficial das variáveis componentes do índice por estados e para o país. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Além disso, sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em

determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios (FIRJAN, 2011).

O Gráfico 1 aponta o desenvolvimento da Federação, do Estado e do município de João Pessoa nos três parâmetros (emprego & renda, educação e saúde).

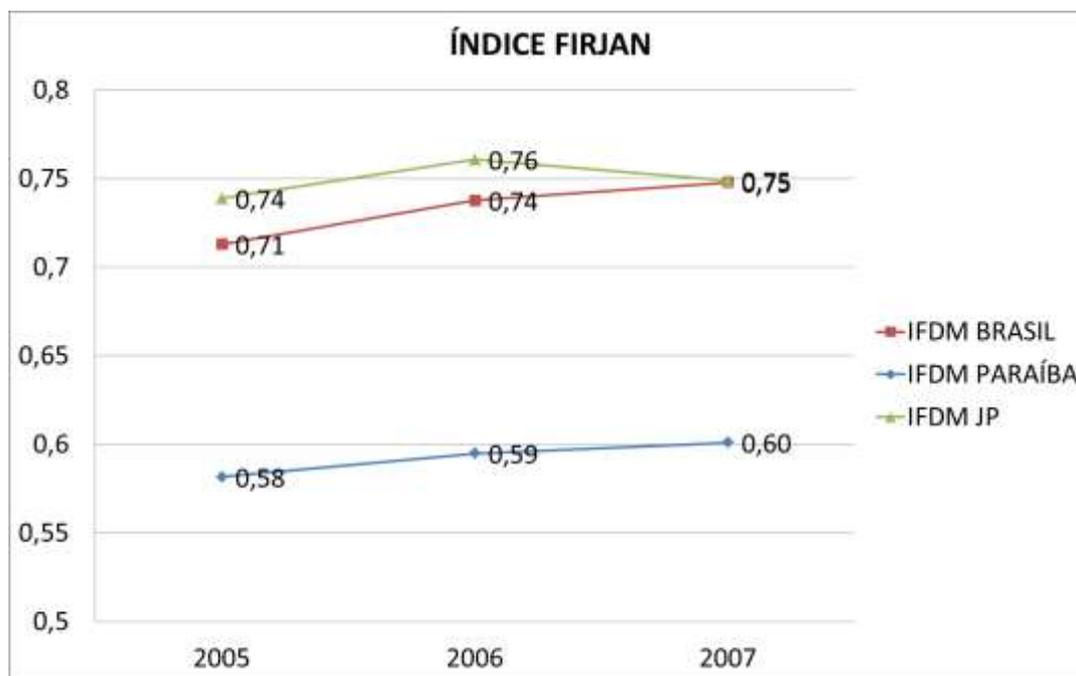


Gráfico 1. Desenvolvimento (Brasil/Paraíba/Município de João Pessoa)
Fonte Estudos de Viabilidade de Cursos IFPB/2012 – Dados FIRJAN, 2011

Analisando o índice por área é possível identificar quais parâmetros estão contribuindo de forma mais potencial para o desenvolvimento da região em estudo. Desmembrando o índice ponto-a-ponto, tomou-se como base para o primeiro eixo de análise a variável emprego e renda - 2007. Neste quesito, a região em estudo, apresentou-se, em relação ao estado da Paraíba, mais desenvolvida em 0,35 pontos percentuais, conforme se identifica no Gráfico 2.

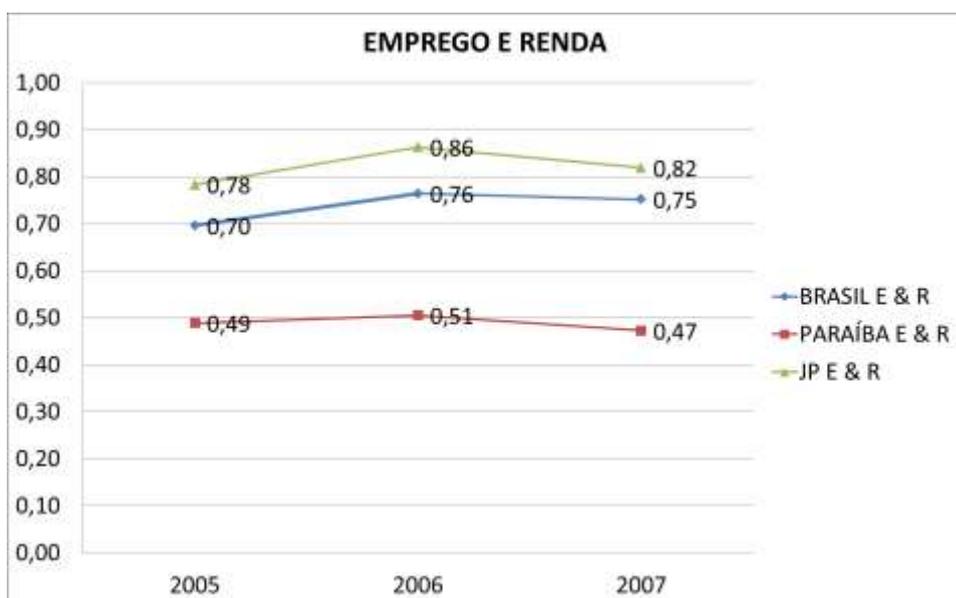


Gráfico 2. Emprego e Renda (Brasil/Paraíba/Município de João Pessoa)
 Fonte Estudos de Viabilidade de Cursos IFPB/2012 – Dados FIRJAN, 2011

Em sequência, para o segundo eixo de análise, utilizou-se como norte a variável educação - 2007. Neste quesito, a região em estudo, apresentou-se, em relação ao estado da Paraíba, mais desenvolvida em 0,03 pontos percentuais (Gráfico 3).

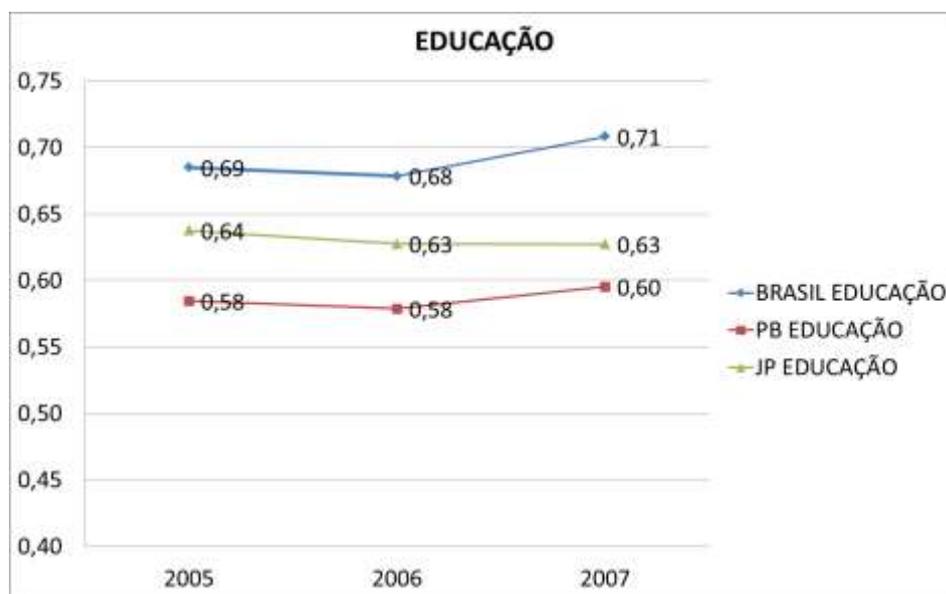


Gráfico 3. Educação (Brasil/Paraíba/Município de João Pessoa)
 Fonte Estudos de Viabilidade de Cursos IFPB/2012 – Dados FIRJAN, 2011

Para a terceira área de análise utilizou-se como norte a variável saúde - 2007. Neste quesito, o município de João Pessoa, apresentou-se, em relação ao estado da Paraíba, mais desenvolvido em 0,06 pontos percentuais (Gráfico 4).

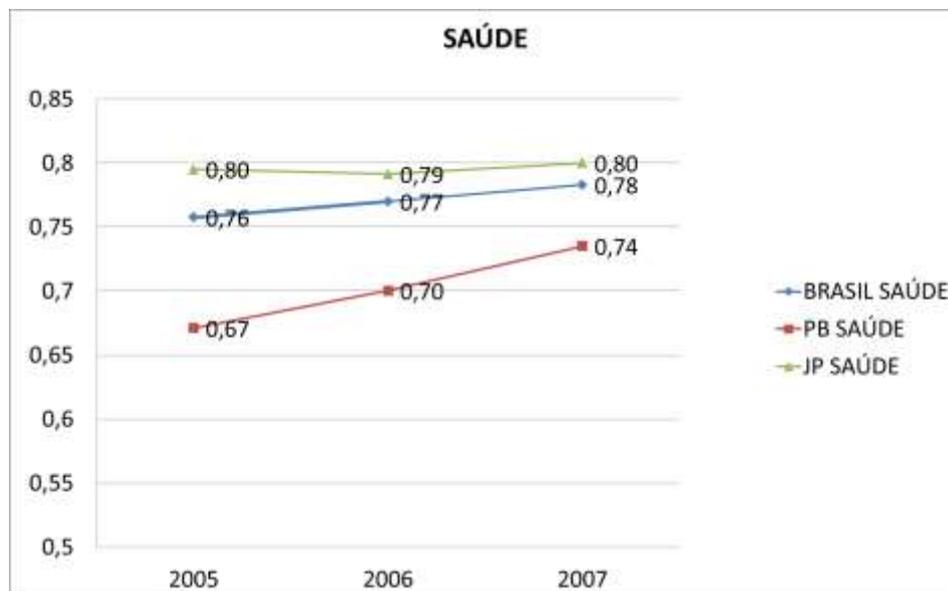


Gráfico 4. Saúde (Brasil/Paraíba/Município de João Pessoa)
Fonte Estudos de Viabilidade de Cursos IFPB/2012 – Dados FIRJAN, 2011

Pode-se inferir, com base nos dados, que o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) - nas três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde – demonstrou um comportamento de ascensão do município de João Pessoa em relação ao Estado da Paraíba.

A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade (portal.saude.gov.br, 2012).

No tocante à saúde, utilizou-se como referência o número de hospitais e o número de programas de saúde da família – PSF instalados. Justifica-se o exposto no Gráfico 5, que mostra, por meio dados do IBGE (2011), a relação do quantitativo de hospitais e PSFs no município de João Pessoa com a perspectiva estadual.

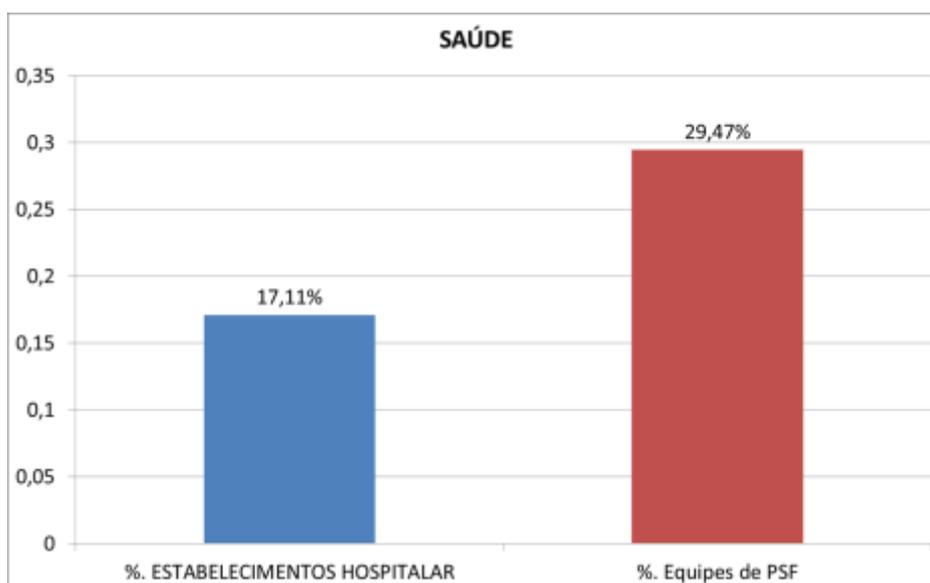


Gráfico 5. Equipes de PSF e Hospitais (Paraíba/Município de João Pessoa)
 Fonte: Estudo de Viabilidade de Cursos IFPB/2012 – Dados IBGE 2011

Pode-se inferir pelo observado que o município de João Pessoa apresenta uma elevada concentração da infraestrutura na área de saúde, uma vez que os estabelecimentos hospitalares assim como as equipes de PSF demonstraram índices expressivos em relação ao estado.

Como consta no item 2.1.1, no bairro de Mangabeira detém atualmente uma infraestrutura de suporte a saúde expressando uma vocação local que se amplia ao se juntar o potencial dos bairros da adjacência (Valentina, Costa do Sol, Gramame e José Américo). Essa realidade é traduzida pelo Gráfico 6, no qual se observa o total de hospitais situados na região de João Pessoa, sendo estes 65,91% privados, 30,29% municipais, 3,36% estaduais e 0,44% federais.



Gráfico 6. Quantitativo de Hospitais no Município de João Pessoa
 Fonte: Estudo de Viabilidade de Cursos (IFPB, 2012)

A maior concentração de hospitais no município favorece uma maior contratação de profissionais da área de saúde, especificamente médicos, que ocupam 63% do quantitativo de empregos de todo o Estado.

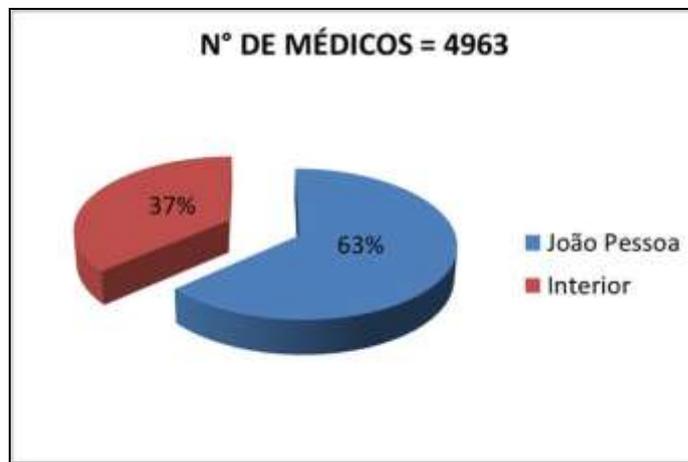


Gráfico 7. Percentual de médicos na Paraíba
Fonte: Estudo de Viabilidade de Cursos (IFPB, 2012)

No tocante ao repasse financeiro realizado pelo Ministério da Saúde para o Estado da Paraíba, observa-se que há um volume de aplicação dos investimentos realizados no município de João Pessoa em relação aos demais do Estado.

João Pessoa recebe do total de investimentos realizados no estado, o equivalente a 14% para atenção básica, seguido de 54% para média e alta complexidade, 51% para vigilância em saúde, 65% para assistência farmacêutica, 88% para gestão do SUS e 40% para investimento em saúde, tendo como investimento total - aplicado no município - cerca de 40% do valor repassado ao Estado. Esta realidade é observada no Gráfico 8.

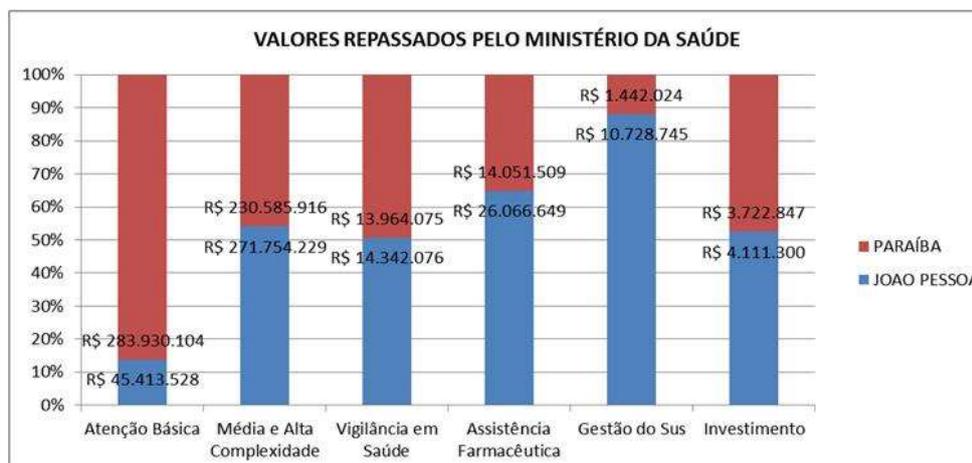


Gráfico 8. Repasse financeiro para a saúde (Paraíba/Município de João Pessoa)
Fonte: Estudo de Viabilidade de Cursos (IFPB, 2012)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Art. 21), sendo definida como o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (Art. 22)

Utilizou-se, como critério de análise da educação, o número de matrículas por dependência administrativa (Estadual, Federal, Municipal e Privada) em relação ao tempo de permanência em cada etapa de escolarização (ensino fundamental – 9 anos e ensino médio – 3 anos), como exposto no Gráfico 9.

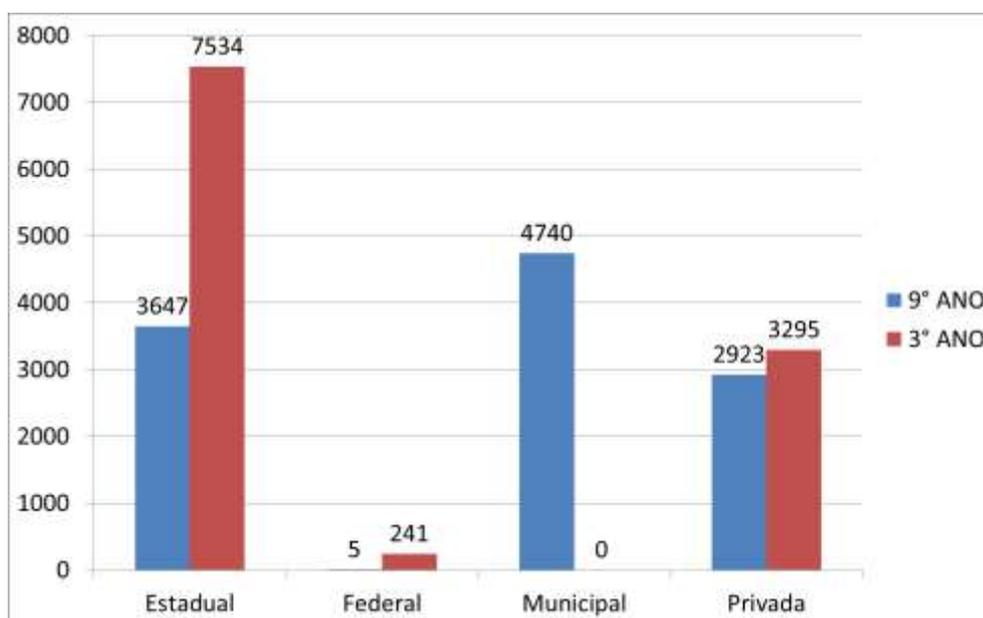


Gráfico 9. Alunos matriculados no ensino básico (João Pessoa)
Fonte: Estudo de Viabilidade de Cursos (IFPB, 2012)

Utilizou-se, como critério de análise do *GAP*¹ da Educação a média de todas as matrículas do ensino fundamental (número de matriculados dos nove anos dividido por nove) e a média de todas as matrículas do ensino médio (número de matriculados dos três anos dividido por três). Em seguida efetuou-se a diferença das

¹ *GAP* é um termo em inglês que significa um distanciamento, afastamento, separação, uma lacuna ou um vácuo.

médias do ensino médio e do ensino fundamental, o resultado final é o *GAP* apresentado na Tabela 1 (município de João Pessoa).

Tabela 1. GAP de matrículas (Município de João Pessoa)

<i>João Pessoa</i>	Fundamental	9º ANO	Médio	3º ANO	GAP
Estadual	32.821	3.647	22.602	7.534	3.887
Federal	42	5	724	241	237
Municipal	42.662	4.740	0	0	-4.740
Privada	26.311	2.923	9.885	3.295	372
Total	101.836	11.315	33.211	11.070	-245

Para a análise do município de João Pessoa (Tabela 1), observa-se que as escolas da região ofertam o ensino fundamental e médio, porém foi detectada uma defasagem de vagas/ano do último ano do ensino fundamental em relação ao primeiro ano do médio da ordem de 245 matrículas, ou seja, seu GAP apresenta um índice negativo de matrículas com 11.070 alunos matriculados no ensino médio.

A análise da demanda de candidatos em potencial, isto é, de estudantes aptos a ingressarem nas modalidades de cursos ofertados pelo Campus Mangabeira: ensino médio (modalidades integradas e subsequentes) e/ou no ensino superior, o estudo tomou como base o número de matrículas/ano ofertadas pelas várias dependências administrativas.

A partir do número de matriculados no 9º ano do ensino fundamental (candidatos que podem fazer cursos técnicos integrados ao ensino médio) e do 3º ano do ensino médio (candidatos que podem fazer cursos técnicos subsequentes ou cursos superiores), apresentados na Tabela 1, pode-se construir o percentual de candidatos em potencial para os cursos técnicos integrados e para cursos técnicos subsequentes/superior, conforme exposto no Gráfico 10.

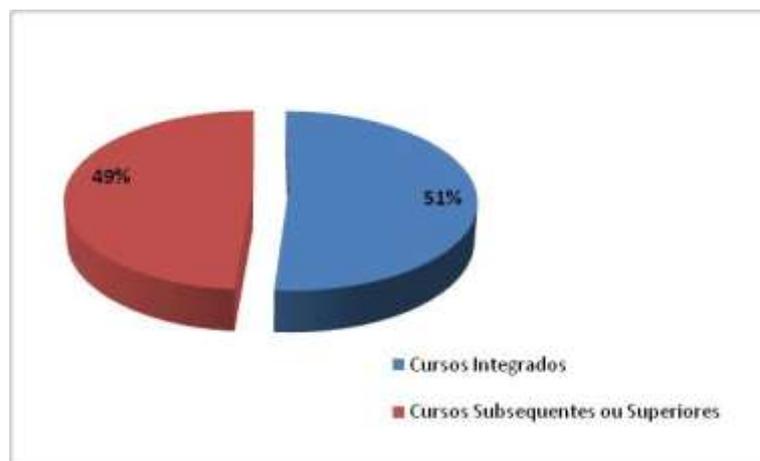


Gráfico 10. Potencial de candidatas (João Pessoa)
 Fonte: Estudo de Viabilidade de Cursos (IFPB, 2012)

O Gráfico 10 mostra uma maior demanda de vagas para cursos técnicos integrados ao ensino médio para o município de João Pessoa.

O volume maior de candidatas para os cursos integrados se dá em decorrência do quantitativo de alunos oriundos do ensino fundamental ser superior ao número de alunos do ensino médio. Estes últimos têm mais opções, pois podem direcionar seus interesses para o ensino médio subsequente ou para o ensino superior através dos Cursos Superiores de Tecnologias, dos Bacharelados ou das Licenciaturas.

Dentre os cursos que integram o Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, justifica-se a Implantação do Curso de Cuidados de Idosos pelo perfil e identidade da região e pelos APL dispostos para tanto, numa indicação de demanda para as modalidades de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas Integrada e Subsequente

Segundo os dados estatísticos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a faixa etária com maior crescimento na maioria dos países em desenvolvimento, já é a acima de 60 anos. No Brasil, as projeções indicam que a proporção de idosos passará de 8,6% em 2000 para quase 15% em 2020. Em termos absolutos, seremos, em 2025, a sexta população de idosos no mundo, com mais de 32 milhões de pessoas acima de 60 anos.

A estimativa faz parte de uma série de projeções populacionais baseada no Censo de 2010 divulgadas em 2013 pelo IBGE. Ainda segundo o órgão de pesquisa, a população com essa faixa etária deve passar de 14,9 milhões (7,4% do total), em 2013, para 58,4 milhões (26,7% do total), em 2060. No período, a expectativa média de vida do brasileiro deve aumentar dos atuais 75 anos para 81 anos.

No caso específico do Estado da Paraíba, o número de idosos cresceu 30,5% nos últimos dez anos, de acordo com o PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio). Ao todo já são mais de meio milhão de paraibanos com mais de 60 anos de idade. Enquanto em 2003 eram 389 mil o número de paraibanos nessa faixa etária, em 2013 esse número pulou para 508 mil. Em 2012 eram 496 mil, o que representa um crescimento de 12 mil idosos em um ano.

Segundo os dados, são 173 mil pessoas entre os 60 e 64 anos de idade na Paraíba. Entre os 65 e 69 anos são 126 mil paraibanos. Acima dos 70 anos de idade é onde se encontra o maior número de idosos no estado, 209 mil. Seguindo esse processo de crescimento, nas próximas décadas haverá um grande volume de pessoas idosas em todo o Estado da Paraíba, em especial na região metropolitana de João Pessoa.

Em consequência dessa transição demográfica, o perfil da saúde, entre outros, em nosso país também é alterado. No lugar das doenças infectocontagiosas estamos nos deparando com as doenças crônicas não transmissíveis. Dentre elas, as mais frequentes são a hipertensão, diabetes, artrite, insuficiência renal crônica, osteoporose e demências, que podem gerar nos idosos algum grau de dependência e, conseqüentemente, a necessidade de ajuda de outras pessoas para realização de atividades básicas da vida diária.

Hoje sabemos que, apesar de a maioria dos idosos apresentar alguma doença crônica, é possível continuar vivendo com qualidade de vida, desde que estas doenças sejam controladas e sejam introduzidas medidas de tratamento e prevenção. O avanço tecnológico, principalmente na área da medicina, tem contribuído para a elevação da qualidade de vida da pessoa idosa. Outra questão importante para isso é a necessidade de considerar a importância dos vínculos e relações sociais estabelecidas por esta parcela da população.

O Estado tem instituído uma série de políticas e provimentos legais que permitem ao idoso/idosa assumir a condição de sujeito de sua própria história, em detrimento de qualquer estágio de adoecimento que possa vivenciar, o que possibilita sua inserção social com liberdade, interação social, capacidade de decisão, autonomia e independência.

Neste cenário, verifica-se a importância do cuidador de idoso como um agente apoiador e promotor de tal inserção social, profissional capacitado para atender e acolher o idoso nos espaços hospitalares, domiciliares, casas de repouso,

e, inclusive, atuar com equipes multidisciplinares. A formação do cuidador de idoso propiciará a preparação dos profissionais que desejam, como atividade de trabalho, o cuidar. Esta é uma prática cada vez mais exigida e que requer a qualificação que vai além da dimensão do mercado de trabalho, pois envolve questões como a ética, respeito, conhecimento técnico, carinho e zelo.

3.3 Concepção do Curso

O Curso Técnico em Cuidados de Idosos se insere no Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde norteando-se pelas legislações específicas e demais ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e regulamentos internos do IFPB.

A concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia é o princípio que sintetiza todo o processo formativo por meio de estratégias pedagógicas apropriadas e recursos tecnológicos articulados de forma a oferecer um curso técnico com o mesmo nível de qualidade daqueles ofertados na forma integrada.

O currículo do Curso Técnico em Cuidados de Idosos será fundamentado nos pressupostos de uma educação de qualidade, com o propósito de formar um profissional/cidadão que, inserido no contexto de uma sociedade em constante transformação, atenda às necessidades do mundo do trabalho com ética, responsabilidade e compromisso social.

3.4. Objetivos do Curso

3.4.1 Objetivo Geral

Formar profissionais técnicos de nível médio aptos ao desenvolvimento de suas funções no campo de Cuidados de Idosos nos aspectos físico, mental, cultural e social, trabalhando com idosos, independentes ou dependentes, acamados ou não, em domicílios, clínicas, hospitais geriátricos ou instituições de longa permanência.

3.4.2 Objetivos Específicos

- 1) Trabalhar as necessidades específicas no atendimento e assistência ao idoso em relação à higiene, alimentação, conforto e integridade física;

- 2) Conhecer noções básicas para o atendimento de primeiros socorros;
- 3) Promover atividades criativas visando o lazer e a qualidade de vida do idoso;
- 4) Promover reflexão sobre o processo de envelhecimento humano, conceitos, mitos, demografia e alterações fisiológicas e funcionais relacionadas ao envelhecimento e os sentimentos decorrentes;
- 5) Preservar a autonomia e manter a independência no maior grau possível do idoso;
- 6) Compreender os determinantes e condicionantes do processo saúde-doença na terceira idade;
- 7) Conhecer as doenças comuns do idoso;
- 8) Conhecer noções básicas da legislação e ética relacionada às pessoas idosas;
- 9) Conhecer as políticas públicas para o idoso;
- 10) Entender os aspectos legais e trabalhistas da profissão de Cuidados de Idosos;

3.5 Competências

Em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT (2012), o egresso do Curso Técnico em Cuidados de Idosos do *Campus* Mangabeira será um Profissional Técnico em Cuidado com formação pautada em conhecimentos técnicos e científicos do processo de envelhecimento e seus desdobramentos, estando apto a desenvolver as seguintes competências:

- 1) Manter princípios éticos, ser educado e ter boas maneiras, uma vez que, por muitas vezes, se verá frente à situações e pessoas diversas.
- 2) Possuir a capacidade de adaptar-se a diferentes estruturas institucionais e de padrões familiares e comunitários, devendo saber proceder frente às mais diversas situações.
- 3) Respeitar a privacidade e buscar a autonomia da pessoa idosa.
- 4) Ser paciente e sensível para com os idosos.
- 5) Ser capaz de ouvir a pessoa idosa, sem interrupções, uma vez que é comum a necessidade que eles têm de conversar, contar casos do passado ou mesmo desabafar com seus cuidadores.

- 6) Ter sensibilidade para perceber e respeitar as carências afetivas da pessoa idosa, mantendo a ética e o respeito exigidos à situação.
- 7) Manter a calma e a tranquilidade, em especial em situações críticas, haja vista que o autocontrole é fundamental para que a saúde física e emocional dos idosos não seja abalada.

Deverá, ainda, favorecer o desenvolvimento de habilidades e competências referentes à capacidade de liderança, comunicação e relacionamento, criatividade, comprometimento com a sustentabilidade do meio ambiente, com a qualidade dos produtos e serviços gerados, além de buscar constantemente a sua atualização, requisitos essenciais para o sucesso no mundo do trabalho.

3.6 Perfil do Egresso

Conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT (2012), o Técnico em Cuidados de Idosos, profissionalmente cuida de idosos nos aspectos físico, mental, cultural e social. Trabalha com idosos independentes ou dependentes, acamados ou não, em domicílios, clínicas, hospitais geriátricos ou instituições de longa permanência. Acompanha o idoso em atividades de rotina e auxilia nos cuidados de higiene. Estimula atividades de lazer e ocupacionais. Contribui para a autonomia do idoso e para a melhoria de sua qualidade de vida.

3.7. Possibilidades de atuação no mercado de trabalho

Concluídas as etapas de formação, o Técnico em Cuidados de Idosos terá um perfil que lhe possibilite atuar no Cuidados de Idosos dependentes ou não, tanto de forma autônoma quanto em Instituições de curta, média ou longa permanência, podendo ser clínicas, asilos, hospitais ou instituições similares, promovendo a qualidade de vida e preservando autonomia do indivíduo.

4. MARCO LEGAL

Os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFPB

fundamentam-se nas bases legais e nos princípios norteadores explicitados no conjunto de leis, decretos, pareceres e referenciais curriculares que normatizam a Educação Profissional no sistema educacional brasileiro.

Destarte, obedecem ao disposto na Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada no Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004 (alterado pelo Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014); na Resolução CNE/CEB nº 06/2012, de 06 de setembro de 2012, no Parecer nº 11 de 05 de maio de 2012, das DCN para Educação Profissional Técnica de Nível Médio; na Resolução CNE/CEB nº 01/2014 de atualização do CNCT e nas demais normas específicas expedidas pelos órgãos competentes.

Estão presentes, também, como marcos orientadores desta proposta, as decisões institucionais traduzidas nos objetivos, princípios e concepções descritos no PDI desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social.

A organização curricular dos cursos técnicos do IFPB tem por características:

- Atendimento às demandas dos cidadãos, do mundo do trabalho e da sociedade;
- Conciliação das demandas identificadas com a vocação, a capacidade institucional e os objetivos do IFPB;
- Estrutura curricular que evidencie as competências gerais da área profissional organizada em unidades curriculares.

O projeto curricular do Curso Técnico em Cuidados de Idosos tem sua essência referenciada na pesquisa de mercado, identificando a demanda para a qualificação profissional das características econômicas 1ª REGIÃO GEOADMINISTRATIVA: JOÃO PESSOA

O curso será implantado com a oferta de 80 vagas anuais. Vagas anuais e/ou semestrais serão preenchidas através do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos – PSCT, porta de acesso para o mundo das profissões.

O currículo do curso está apresentado em sua Organização Curricular e desenvolvido de acordo com os planos de disciplinas previstos.

O Curso Técnico em Cuidados de Idosos será desenvolvido no turno noturno, com a carga horária de 1.329 horas, distribuídas em 04 (quatro) semestres letivos. Deste total de 1.329 horas, 260 horas serão destinadas às práticas profissionais que serão planejadas e supervisionadas pelo respectivo corpo docente. Desta forma no

Plano do Curso Técnico em Cuidados de Idosos não consta o Estágio Supervisionado.

Em observância ao CNCT (2012), a organização curricular do Curso Técnico em Cuidados de Idosos (Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde) contemplará estudos sobre ética, normas técnicas e de segurança, empreendedorismo e projetos sociais, desenvolvimento de linguagens e práticas discursivas, educação ambiental, conjugando a pesquisa e a informática na formação dos profissionais além de promover a vivência do trabalho em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

Considerando que a atualização do currículo consiste em elemento fundamental para a manutenção da oferta do curso ajustado às demandas do mundo do trabalho e da sociedade, os componentes curriculares, inclusive as referências bibliográficas, deverão ser periodicamente revisados pelos docentes, coordenação do curso e representante do setor pedagógico, resguardado o perfil profissional de conclusão, pelo menos, a cada 02 (dois) anos, pautando-se na observação do contexto da sociedade e respeitando-se o princípio da educação para a cidadania.

A solicitação para alteração no currículo (reformulação curricular), decorrente da revisão da matriz curricular, será protocolada e devidamente instruída com os seguintes documentos:

- 1) Ata da reunião, realizada pela Coordenação do Curso, com a assinatura dos docentes (da área técnica) e do pedagogo que compuserem a comissão de reformulação curricular do curso;
- 2) Portaria da comissão de reformulação da matriz curricular do curso;
- 3) Justificativa da necessidade de alteração (reformulação);
- 4) Cópia da matriz curricular vigente;
- 5) Cópia da matriz curricular sugerida;
- 6) Parecer pedagógico do campus;
- 7) Resolução do Conselho Diretor do Campus, recomendando o envio de mudança de matriz curricular e duração do curso ao Conselho Superior do IFPB.
- 8) Realizada a análise do PPC por parte da DAPE/PRE, o processo será encaminhado para apreciação e emissão de parecer do CEPE, e posteriormente deverá ser enviado a PRE, que remeterá a solicitação de

reformulação curricular ao Conselho Superior do IFPB para deliberação. Entretanto, a nova matriz só será aplicada após a sua homologação

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular dos cursos técnicos subsequentes, de acordo com a legislação vigente, o Regulamento Didático do IFPB (Resolução CS-IFPB N° 83, de 21 de outubro de 2011), e suas necessidades pedagógicas, será estruturada, preferencialmente, em regime semestral, e as aulas terão duração de cinquenta minutos.

A educação profissional técnica de nível médio no IFPB corresponde à oferta de cursos técnicos, com a carga horária mínima e o perfil profissional exigidos para cada eixo tecnológico, de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (Resolução CNE/CEB nº 01 de 05 de dezembro de 2014), acrescida da carga horária destinada ao estágio curricular e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Os currículos dos cursos técnicos subsequentes poderão estar organizados por competências/habilidades ou por disciplinas distribuídas na matriz curricular com as respectivas cargas horárias, propiciando a visualização do curso como um todo.

6 METODOLOGIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PREVISTAS

Partindo do princípio de que a educação não é algo a ser transmitido, mas a ser construído, a metodologia de ensino adotada se apoiará em um processo crítico de construção do conhecimento, a partir de ações incentivadoras da relação ensino-aprendizagem, baseada em pressupostos pedagógicos definidos no PDI da Instituição.

Para viabilizar aos alunos o desenvolvimento de competências relacionadas às bases técnicas, científicas e instrumentais, serão adotadas, como prática metodológica, formas ativas de ensino-aprendizagem, baseadas em interação pessoal e do grupo, sendo função do professor criar condições para a integração dos alunos a fim de que se aperfeiçoe o processo de socialização na construção do saber.

Segundo Freire (1998, p. 77), “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende, outro, que aprendendo, ensina (...); a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais, implica, em função de seu caráter diretivo/objetivo, sonhos, utopia, ideais (...)”. A prática educativa também deve ser entendida como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos, contribuindo para que o aluno seja o artífice de sua formação com a ajuda necessária do professor.

A natureza da prática pedagógica é a indagação, a busca, a pesquisa, a reflexão, a ética, o respeito, a tomada consciente de decisões, o estar aberto às novidades, aos diferentes métodos de trabalho. A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria-prática porque envolve o movimento dinâmico, dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Ao sabor da experiência e da reflexão desta prática, do ensino contextualizado, cria-se possibilidade para a produção e/ou construção do conhecimento, desenvolvem-se instrumentos, esquemas ou posturas mentais que podem facilitar a aquisição de competências. Isso significa que na prática educativa deve-se procurar, através dos conteúdos e dos métodos, o respeito aos interesses dos discentes e da comunidade onde vivem e constroem suas experiências.

Os programas devem ser planejados valorizando os referidos interesses, o aspecto cognitivo e o afetivo. Nessa prática, os conteúdos devem possibilitar aos alunos meios para uma aproximação de novos conhecimentos, experiências e vivências. Uma educação que seja o fio condutor, o problema, a ideia-chave que possibilite aos alunos estabelecer correspondência com outros conhecimentos e com sua própria vida.

Em relação à prática pedagógica, Pena (1999, p.80) considera que o mais importante é que o professor, consciente de seus objetivos e dos fundamentos de sua prática (...) assuma os riscos – a dificuldade e a insegurança - de construir o seu objeto. Faz-se necessário aos professores reconhecer a pluralidade, a diversidade de abordagens, abrindo possibilidades de interação com os diversos contextos culturais. Assim, o corpo docente será constantemente incentivado a utilizar metodologias e instrumentos criativos e estimuladores para que a interrelação entre teoria e prática ocorra de modo eficiente. Isto será orientado através da execução de ações que promovam desafios, problemas e projetos disciplinares e

interdisciplinares orientados pelos professores. Para tanto, as estratégias de ensino propostas apresentam diferentes práticas:

- a) Utilização de aulas práticas, na qual os alunos poderão estabelecer relações entre os conhecimentos adquiridos e as aulas práticas;
- b) Utilização de aulas expositivas, dialogadas para a construção do conhecimento nas disciplinas;
- c) Pesquisas sobre os aspectos teóricos e práticos no seu futuro campo de atuação;
- d) Discussão de temas: partindo-se de leituras orientadas: individuais e em grupos; de vídeos, pesquisas; aulas expositivas;
- e) Estudos de Caso: através de simulações e casos reais nos espaços de futura atuação do técnico em Cuidados de Idosos;
- f) Debates provenientes de pesquisa prévia, de temas propostos para a realização de trabalhos individuais e/ou em grupos;
- g) Seminários apresentados pelos alunos, professores e também por profissionais de diversas áreas de atuação;
- h) Abordagem de assuntos relativos às novas tecnologias da informação e da comunicação;
- i) Dinâmicas de grupo;
- j) Palestras com profissionais da área, tanto na instituição como também nos espaços de futura atuação do técnico em Cuidados de Idosos;
- k) Visitas técnicas.

7 MATRIZ CURRICULAR

LEGENDA

N	Nome da Disciplina	P
A/S		
C		

N	n° da disciplina
P	pré-requisitos
C	carga horária
A/S	aulas semanais

1º Semestre			2º Semestre			3º Semestre			4º Semestre		
01 02 33h	Linguagens e práticas discursivas		07 04 67h	Noções básicas de urgência e emergência		13 04 67h	Atividades lúdicas e ocupacionais		18 04 67h	Relações humanas e qualidade de vida	
02 02 33h	Informática aplicada aos cuidados de idosos		08 04 67h	Direito e legislação voltados à pessoa idosa		14 04 67h	Nutrição da pessoa idosa	- - -	19 02 33h	Cuidados paliativos, processos de morte e morrer	- - -
03 04 67h	Ética, responsabilidades e legislações voltadas ao cuidador formal		09 02 33h	Segurança e acessibilidade para a pessoa idosa		15 04 67h	Psicologia Aplicada ao cuidador e ao idoso	- - -	20 04 67h	Práticas integrativas e complementares em saúde	- - -
04 04 67h	Aspectos comportamentais e culturais no Envelhecimento		10 04 67h	Patologias comuns à pessoa idosa		16 02 33h	Empreendedorismo e projeto social	- - -			
05 04 67h	Anatomia e fisiologia humana no processo de envelhecimento		11 02 33h	Políticas públicas e redes de atenção à pessoa idosa							
06 04 67h	Fundamentos de gerontologia e geriatria		12 04 67h	Higiene pessoal e cuidados com a pele							
	20ha/semana 16.66 horas			20ha/ semana 16 horas			20ha/ semana, das quais 6ha/semana destinados as Práticas Profissionais Supervisionadas 16 horas			20ha/ semana, das quais 6ha/semana destinados as Práticas Profissionais Supervisionadas 16 horas	
	334h/semestre			334 h/semestre			234h/semestre			167h/semestre	

Carga horária total das disciplinas	1069
-------------------------------------	------

RESOLUÇÃO CS Nº 33, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.

Carga Horária das Práticas Profissionais Supervisionadas	260
Carga horária total do curso	1329

8. PLANOS DE DISCIPLINAS

8.1 Linguagens e Práticas Discursivas

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Nome: Linguagens e Práticas Discursivas
Curso: Técnico em Cuidados de Idosos
Série: 1º
Carga Horária: 33h
Docente Responsável: Degmar dos Anjos

EMENTA

- Língua, linguagem e comunicação. Níveis de linguagem e o entendimento de língua falada e escrita. Habilidades linguísticas – discursivas de produção textual oral e escrita. Tipologias textuais e gêneros textuais. Leitura e produção de textos técnicos e científicos. Estudo sobre os documentos oficiais e empresariais.

OBJETIVOS

Geral

- Propiciar o conhecimento dos processos relacionados às Práticas Discursivas no uso da linguagem.

Específicos

- Possibilitar o estudo das diferentes correntes relacionadas ao processamento da linguagem;
- Debater os mecanismos de produção de sentidos por meio da linguagem;
- Dialogar sobre as relações entre linguagem e interação social;
- Promover a análise do mecanismo cerebral no processamento da linguagem;
- Propiciar o reconhecimento das diferentes afasias da linguagem;
- Estimular o processo de analogia entre o desenvolvimento da linguagem com as práticas de leitura e escrita;
- Possibilitar a identificação de problemas vinculados à linguagem no decorrer do processo de envelhecimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceituação linguística de linguagem, língua e fala;
- Conceito de discurso, práticas discursivas e produção de sentidos;
- Aquisição da linguagem: hipóteses behaviorista, inatista, construtivista e interacionista;
- O cérebro e a linguagem: centros cerebrais da linguagem; componentes da linguagem articulada;
- Afasias da linguagem: broca, wernicke, de condução, global, anômica, transcortical motora, sensitiva;
- A fala e seu funcionamento;

- Aquisição e aprendizagem da escrita: teses inatista, funcionalista, cognitivista-funcionalista, construtivista e associacionista;
- A escrita e seu sistema; ênfase à relação entre fonemas e letras;
- A leitura e seu processamento;
- Linguagem e envelhecimento;
- Causas de distúrbios de aprendizagem na área da leitura e escrita: orgânica, psicológica, pedagógica, sociocultural, dislexia, distúrbio de atenção/hiperatividade.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Análise de Filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOURENÇO, Regina Célia Celebrone & MASSI, Giselle. **Linguagem e Velhice - Considerações acerca do papel da escrita no processo de envelhecimento**. Curitiba: Juruá Editora. 2011.

SPINK M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANJOS, D. F. **Quando três tempos se encontram: sentidos e ressignificações de jovens vivendo com HIV/Aids**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

KATO, Mary A.. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. Ed. Ática. 1995.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça, **Linguística aplicada ao português**: 9.ed. ,morfologia / Cortez , ,9.ed. - ,1997

SILVA, Thais Cristófar, **Fonética e fonologia do português** 5.ed. ,roteiro de estudos e guia de exercícios ,Editora Contexto, 5.ed. ,2001

SPINK M. J. (org.) **Práticas Discursivas e Produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez. 2000.

VIGOTSKI, L S., LURIA, A. R., LEONTIEV, A. N.. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Ed. Ícone. 1998

8.2 Informática Aplicada aos Cuidados de Idosos

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Informática Aplicada aos Cuidados de Idosos

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 1º

Carga Horária: 33h

Docente Responsável: Zoraida Almeida de Andrade Arruda

EMENTA

- Introdução à informática: definição de computadores; capacidade de processamento e armazenamento;
- Tipos de computadores; hardware e software;
- Componentes de um sistema de computação: hardware (CPU, periféricos e acessórios) e software (conceitos, tipos e aplicações);
- Utilização de sistema operacional estudo prático sobre editores de texto, de planilhas e de apresentações.
- Uso de internet e Redes Sociais.

OBJETIVOS

Geral

- Propiciar o conhecimento na área de informática, uso de equipamentos e suas aplicações no processamento de dados relacionados ao dia a dia do estudante e ao trabalho relacionado com uma pessoa idosa.

Específicos

- Possibilitar o conhecimento básico da informática;
- Identificar os equipamentos e aplicabilidade;
- Conhecer tipos de softwares – conceitos, tipos e aplicações;
- Estimular o processo de construção do conhecimento;
- Favorecer o uso da internet como instrumento de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O computador: informática ontem e hoje;
- Introdução à informática: processamento de dados; Hardware (CPU / periféricos, acessórios); Software (básico, aplicativos, utilitários); arquivos, pastas, diretórios e unidades de armazenamento;
- Utilização básica de sistemas operacionais: componentes da interface com o usuário; localização e manipulação de arquivos e pastas; configuração básica do sistema operacional;
- Internet: introdução à internet (Browser, Sites, Downstream, Upstream, Pages; E-mail (conta individual, grupos, fóruns, blogs);
- Editor de texto: edição básica de documentos; manipulação, edição e formatação de arquivos e textos; tabelas, figuras e objetos gráficos;
- Introdução às Redes de Computadores: conceitos, tipos e aplicações;
- Introdução às Redes Sociais: conceitos, tipos, aplicações e uso profissional.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Exercícios práticos.
- Resolução de situação-problema;
- Análise de filmes e/ou documentários

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco;
- Laboratório de informática.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANZANO, Maria Izabel N. G. **Estudo Dirigido de Informática Básica**. São Paulo: Érica, 2007.

CAPRON, H. L. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MEIRELES, Fernando de Souza, **INFORMÁTICA: novas aplicações com micro computadores**. 2.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPRON, H, L. e JOHNSON, J. A. **INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA**. 8.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

GALLO, Michael A. e HANCOCK, Willian M., **COMUNICAÇÃO ENTRE COMUTADORES E TECNOLOGIAS DE REDES**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MICROSSOFT Press. **Dicionário de Informática** (Inglês-Português e Português-Inglês). Rio de Janeiro: Campus, 2006.

VELOSO, Fernando de Castro. **Informática: Conceitos Básicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

8.3 Ética, responsabilidades e legislações voltadas ao cuidador formal

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Ética, responsabilidades e legislações voltadas ao cuidador formal

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 1º

Carga Horária: 67h

Docente Responsável: Danilo Augusto de Holanda Ferreira

EMENTA

- Ética. Noções básicas sobre CLT e de outras legislações trabalhistas que afetem o Técnico em cuidados de idosos. A profissão de Cuidador de Idosos; Os direitos trabalhistas do Cuidador de Idosos; Regulamentação da profissão de cuidador de idosos; Atuação no mercado de trabalho. (domicílio, asilo ou hospital). Lei 284/2011 que regulamenta a profissão de Cuidador de Idosos.

OBJETIVOS

Geral

- Promover o conhecimento sobre a ética profissional e legislação relacionada ao trabalho do cuidador de idosos.

Específicos

- Abordar a dimensão ética do trabalho com o idoso;
- Valorizar o trabalho do cuidador de idoso;
- Construir uma nova visão de mundo, mais verdadeira, mais ética e mais humana.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Ética e Moral na concepção dos próprios estudantes, e suas relações com o cotidiano
- Concepções do bem e mal, certo e errado, e suas implicações no cotidiano
- Semelhanças e diferenças nos ordenamentos jurídicos ao longo da história
- A visão sobre terceira idade em diferentes sociedades ao longo da história
- A construção da diversidade e o respeito às diferenças: estudos de casos
- Noções de Direito do Trabalho
- Lei Complementar nº 150 - Contrato de Trabalho Doméstico
- Lei 284/2011 que regulamenta a profissão de Cuidador de Idosos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Análise de Filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Série A. Normas e Manuais Técnicos. **Guia prático do cuidador**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. **Cuidar melhor e evitar a violência: manual do cuidador da pessoa idosa**. Brasília, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORN, Tomiko. **Cuidar melhor e evitar a violência: manual do cuidador da pessoa idosa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, 2008.

ALENCASTRO, Mario. **A importância da ética na formação de recursos humanos**. Rio de Janeiro, 1997.

8.4 Anatomia e fisiologia humana no processo de envelhecimento

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Nome: Anatomia e Fisiologia Humana no Processo de Envelhecimento
Curso: Técnico em Cuidados de Idosos
Série: 1º
Carga Horária: 67h
Docente Responsável: Vilson Lacerda Brasileiro Junior

EMENTA
<ul style="list-style-type: none">• Estudo da estrutura e função dos órgãos do corpo humano, buscando integrar os sistemas funcionais, permitindo a compreensão da homeostase do organismo como um todo, bem como as suas alterações no processo de envelhecimento.

OBJETIVOS
<p style="text-align: center;">Geral</p> <ul style="list-style-type: none">• Oferecer uma visão panorâmica e objetiva dos aspectos da anatomia e fisiologia humana, fazendo correlação com o processo de envelhecimento. <p style="text-align: center;">Específicos</p> <ul style="list-style-type: none">• Apresentar a nomenclatura anatômica e o adequado funcionamento dos órgãos do corpo humano;• Discutir as principais alterações fisiológicas que ocorrem no processo de envelhecimento;• Relacionar os diversos sistemas corporais com as aplicações da prática profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos básicos em Anatomia, Fisiologia e do Processo de Envelhecimento do corpo humano;
- Nomenclatura e posição anatômica;
- Anatomia e Fisiologia do sistema esquelético humano;
- Alterações anatômicas e fisiológicas do sistema esquelético no processo de envelhecimento;
- Anatomia e Fisiologia do sistema articular humano;
- Alterações anatômicas e fisiológicas do sistema articular no processo de envelhecimento;
- Anatomia e Fisiologia do sistema muscular humano;
- Alterações anatômicas e fisiológicas do sistema muscular no processo de envelhecimento;
- Anatomia e Fisiologia do sistema nervoso humano;
- Alterações anatômicas e fisiológicas do sistema nervoso no processo de envelhecimento;
- Anatomia e Fisiologia do sistema circulatório humano;
- Alterações anatômicas e fisiológicas do sistema circulatório no processo de envelhecimento;
- Anatomia e Fisiologia do sistema respiratório humano;
- Alterações anatômicas e fisiológicas do sistema respiratório no processo de envelhecimento;
- Anatomia e Fisiologia do sistema digestório humano;
- Alterações anatômicas e fisiológicas do sistema digestório no processo de envelhecimento;
- Anatomia e Fisiologia do sistema urinário humano;
- Alterações anatômicas e fisiológicas do sistema urinário no processo de envelhecimento.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas teóricas e práticas;
- Discussões.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas;
- Avaliações práticas;
- Apresentação de seminários.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco;
- Modelos anatômicos do corpo humano.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HALL, J. E. **Guyton e Hall**: Fundamentos de fisiologia médica. 13 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

TORTORA, G. J.; DERRICKSON, B. **Corpo humano**: fundamentos de anatomia e fisiologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SOBOTTA, J. **Atlas de anatomia humana**. 23 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANGELO, J G; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

FREITAS, E. V.; PY, L. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

MOORE, K. L.; AGUR, A. M. R.; DALLEY, A. F. **Fundamentos de anatomia clínica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

STANFIELD, C. L. **Fisiologia Humana**. 5 ed. São Paulo: Pearson, 2014.

8.5 Fundamentos de Gerontologia e Geriatria

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Fundamentos de Gerontologia e Geriatria

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 1º

Carga Horária: 67h

Docente Responsável: Aline Soares de Lima

EMENTA

- Histórico do envelhecimento humano. Conceitos de gerontologia e de geriatria. Teorias do envelhecimento. Noções básicas de Epidemiologia. Avanço científico-tecnológico na Área Médica e Social relacionado aos cuidados de idosos. Processo saúde-doença no envelhecer.

OBJETIVOS

Geral

- Fomentar reflexão sobre o processo de envelhecimento humano e suas implicações biológicas, econômicas e sociais.

Específicos

- Conhecer as bases teóricas do desenvolvimento histórico e conceitual da gerontologia e geriatria e as formulações teóricas que versam sobre o processo de envelhecimento;
- Conceituar os termos gerontologia e geriatria e conhecer a nomenclatura específica básica utilizada nesse campo do saber;
- Identificar as principais teorias sociológicas e biológicas do envelhecimento humano;
- Refletir sobre os aspectos epidemiológicos do envelhecimento humano no Brasil e no mundo;
- Conhecer os principais avanços científicos e tecnológicos na área médica e social e suas implicações para o cuidado de idosos;
- Analisar as diferentes concepções sobre saúde, doença e cuidado e suas implicações no processo saúde-doença no envelhecer.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Bases teóricas e filosóficas do envelhecimento humano;
- Fundamentos conceituais da gerontologia e geriatria;
- Mitos e estereótipos sobre velhice e envelhecimento;
- Teorias sociológicas do envelhecimento humano;
- Teorias biológicas do envelhecimento humano;
- Aspectos demográficos e epidemiológicos do envelhecimento no Brasil e no mundo;
- Envelhecimento populacional brasileiro;
- Impacto do envelhecimento na sociedade;
- Avanços científicos e tecnológicos na área médica e social e suas implicações para o cuidado de idosos;
- Modalidades da assistência no cuidado ao idoso;
- Concepções de saúde-doença e o cuidado em saúde;
- Qualidade de vida e envelhecimento humano;
- Envelhecimento bem-sucedido;
- Fatores determinantes para o envelhecimento ativo.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Discussões;
- Resolução de situação-problema;
- Estudos dirigidos;
- Seminários;
- Análise de filmes e/ou documentários.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, E. V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Gua Koogan, 2011.

NUNES, M. I.; SANTOS, M.; FERRETI, R. E. L. **Enfermagem em geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, E. V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Gua Koogan, 2011.

NUNES, M. I.; SANTOS, M.; FERRETI, R. E. L. **Enfermagem em geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANSO, M. E. G.; BIFFI, E. C. **Geriatrics**: manual da LEPE – Liga de Estudos do Processo de Envelhecimento. São Paulo: Martinari, 2015.

MENEZES, M. R. **Enfermagem gerontológica**: um olhar diferenciado no cuidado biopsicossocial e cultural. São Paulo: Martinari, 2016.

MORAES, E. N. **Atenção à saúde do idoso**: aspectos conceituais. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

ROUQUAYROL, M. Z.; GOLDBAUM, M.; SANTANA, E. W. de P. **Epidemiologia e saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.

8.6 Aspectos comportamentais e culturais no envelhecimento

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Aspectos Comportamentais e Culturais do Envelhecimento

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 1º

Carga Horária: 67h

Docente Responsável: Maria Tereza de Souza Neves da Cunha

EMENTA

- O comportamento humano na velhice. Estudo dos fenômenos envolvidos no processo de envelhecimento dos seres humanos. O envelhecimento da população mundial e o processo de transição demográfica. Impacto do envelhecimento populacional sobre o indivíduo e a sociedade contemporânea. Aspectos sociais e culturais que envolvem o envelhecimento. Transições enfrentadas no envelhecimento.

OBJETIVOS

Geral

- Explorar o contexto do envelhecimento humano a partir da perspectiva do comportamento na velhice e dos aspectos culturais que envolvem esta fase da vida.

Específicos

- Introduzir o estudo do envelhecimento e da velhice;
- Avaliar o impacto do envelhecimento populacional;
- Discutir a transição demográfica e epidemiológica da população brasileira;
- Correlacionar o processo de envelhecimento aos principais desafios enfrentados por este segmento populacional;
- Refletir sobre o impacto social e cultural do envelhecimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Comportamento humano e envelhecimento
- Envelhecimento populacional e seus impactos na sociedade;
- Processos individuais e sociais de envelhecimento;
- Construção social da velhice;
- Teorias sociológicas do envelhecimento;
- Transições enfrentadas pelo envelhecimento - a feminilização da velhice, a aposentadoria, a institucionalização, a rede de proteção social, a perspectiva do envelhecimento ativo.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Análise de Filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;

- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PAPALIA, Diane E. e OLDS, Sally Wendkos. Desenvolvimento humano. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 684 p.

STUART - HAMILTON, Ian. A psicologia do envelhecimento: uma introdução. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 280 p.

ZIMMERMAN, G. I. Velhice: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAS. Py. NERI. CANÇADO. GORZONE. ROCHA. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 2002.

NERI, Anita Liberalesso. Psicologia e Envelhecimento: perspectivas biológicas psicológicas e sociológicas. São Paulo: Papyrus, 2001.

NERI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Mônica S. (orgs). CACHIONE, Meire (Colab). Velhice Bem-sucedida: Aspectos Afetivos e Cognitivos. - Campinas,SP: Papyrus: 2004.
PAPALEO NETTO, M. Gerontologia: Velhice e o envelhecimento em visão globalizada. Atheneu, 2005.

8.7 Noções básicas de urgência e emergência

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Noções básicas de urgência e emergência

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 2º

Carga Horária: 67h

Docente Responsável: Aline Soares de Lima

EMENTA

- Ações a serem realizadas pelo técnico em cuidados no caso de urgências e emergências. Noções de atendimento pré-hospitalar (aph); o atendimento inicial; recursos que podem ser utilizados; recursos materiais – classificação; recursos pessoais; suporte básico de vida (sbv); prevenção; reconhecimento imediato da parada cardiorrespiratória (pcr); acesso rápido ao Samu ou similar; cuidados pós-parada cardiorrespiratória integrada.

OBJETIVOS

Geral

- Desenvolver habilidades técnicas para realização de procedimentos básicos de atendimento pré-hospitalar atuando com eficiência nas situações de urgência e emergência.

Específicos

- Desenvolver habilidades técnicas para a realização do atendimento inicial à vítima;
- Conhecer os recursos materiais e pessoais que podem ser utilizados em situações de atendimento pré-hospitalar (aph);
- Reconhecer os sinais clínicos de uma parada cardiorrespiratória (pcr);
- Está habilitado a prestar cuidados pós-parada cardiorrespiratória integrada;
- Prestar atendimento básico em primeiros socorros;
- Desenvolver a capacidade de tomada de decisão quanto às medidas a serem tomadas, bem como o que não deve ser realizado pelo técnico em cuidados, evitando-se assim o agravo da vítima.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Noções básicas de anatomia e fisiologia humana;
- Diferença entre urgência e emergência;
- Sinais vitais;
- Noções de atendimento pré-hospitalar (APH);
- O atendimento inicial;
- Recursos materiais e pessoais utilizados no atendimento pré-hospitalar (APH);
- Suporte básico de vida;
- Reconhecimento imediato da parada cardiopulmonar (PCR);
- Técnica das compressões torácicas;
- Como acionar o SAMU ou similar;
- Cuidados pós-parada cardiorrespiratória integrada;
- Conceito de primeiros socorros;
- Cuidados à vítima de hipoglicemia ou hiperglicemia;
- Cuidados à vítima de intoxicação exógena;
- Cuidados à vítima de afogamento;
- Cuidados à vítima de mal súbito;
- Cuidados à vítima de crise epiléptica;
- Cuidados à vítima de hemorragias (interna e/ou externa);

- Cuidados à vítima de queimaduras;
- Cuidados à vítima de engasgo (Manobra de Heimlich).

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Aulas práticas;
- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Discussões;
- Resolução de situação-problema;
- Estudos dirigidos;
- Projeção de vídeos.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FALCÃO, L. F. R.; BRANDÃO, J. C. M. B. **Primeiros Socorros**. São Paulo: Martinari, 2010.

SANTOS, N. C. M. **Urgência e Emergência para a enfermagem: do atendimento pré-hospitalar (APH) à sala de emergência**. São Paulo: Iátria, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGERON, J. D. **Primeiros socorros**. São Paulo: Atheneu, 2007.

CANETTI, M. D. et al. **Manual básico de socorro de emergência para técnicos em emergências médicas e socorristas**. São Paulo: Atheneu, 2007.

DUARTE, Y. A. O.; DIOGO, M. J. E. **Atendimento Domiciliar: um enfoque gerontológico**. São Paulo: Atheneu, 2005.

ESQUENAZI, D.; SILVA, S. R. B.; GUIMARÃES, M. A. M. Aspectos fisiopatológicos do envelhecimento humano e quedas em idosos. **Revista HUPE**. Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p. 11-20, 2014.

FREITAS, E. V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

NUNES, M. I.; SANTOS, M.; FERRETI, R. E. L. **Enfermagem em Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

8.8 Segurança e acessibilidade para a pessoa idosa.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Segurança e acessibilidade para a pessoa idosa

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 2º

Carga Horária Anual: 33h

Docente Responsável: Dione Marques Figueiredo Guedes Pereira

EMENTA

- Os espaços públicos e privados compartilhado pela pessoa idosa. Condições das vias e do transporte coletivo e da acessibilidade. Noções básicas de mobilização, transporte e reabilitação; Noções da estrutura e funcionamento do movimento; Organização do ambiente; Reconhecimento das situações de riscos e prevenção de acidentes.

OBJETIVOS

Geral

- Reconhecer a importância de um ambiente seguro e acessível para a manutenção da qualidade de vida do idoso.

Específicos

- Conhecer os espaços públicos e privados compartilhados pela pessoa idosa.
- Analisar as condições das vias e do transporte coletivo.
- Analisar as condições de segurança e de acessibilidade dos ambientes públicos e privados frequentados pela pessoa idosa.
- Organizar o ambiente utilizado pelo idoso
- Reconhecer as situações de risco e prevenção de acidentes.
- Conhecer as noções básicas de mobilização, transporte e reabilitação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A importância de um ambiente seguro para manutenção da mobilidade do idoso.
- Conceito de Desenho Universal
- Ambientes de uso da pessoa idosa: concepção arquitetônica, organização dos ambientes, condições para a segurança e autonomia.
- Mobilização e transferência
- O uso de órteses (cadeira de roda, muleta, andador, cadeira de banho, bengala);
- Uso dos espaços e do transporte público
- Prevenção de quedas: barras de apoio, corrimão, piso antiderrapante.
- Adaptações necessárias para uma casa segura à vida do idoso.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Análise de Filmes.
- Visitas a ambientes utilizados pelo idoso

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas;
- Seminários.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Recursos Multimídia;
- Textos;
- Apostilas;
- Filmes;
- Vídeos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Prioriza o atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Disponível em WWW.planalto.gov.br/ccivil

BRASIL. Cuidar melhor e evitar a violência: manual do cuidador da pessoa idosa. Brasília, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira; DIOGO, Maria José D'Elboux. Atendimento Domiciliar: um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu, 2000.

FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia; CANÇADO, Flávio Aluízio Xavier; GORZONI, Milton Luiz. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FREIRE, Sueli Aparecida; ARAUJO, Daiane Rodrigues; GONÇALVES, Lívia Melo. Qualidade de vida na velhice: preparando os estudantes da área de saúde. Em Extensão, Uberlândia, v.11, n. 1, p. 55-62, jan./jun. 2012.

GARCIA, F. H. A. MANSUR, L. L. Habilidades funcionais de comunicação: idoso saudável. Acta Fisiatr. 2006; 13(2): 87-89.

GARCIA, T. Um guia para cuidadores na atualidade. Elsevier: Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, M. Quem vai cuidar dos nossos pais? Rio de Janeiro: Record, 2006

BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

8.9 Patologias comuns à pessoa idosa

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Patologias Comuns à Pessoa Idosa

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 2º

Carga Horária Anual: 67h

Docente Responsável: Dione Marques Figueiredo Guedes Pereira

EMENTA

- Conceitos sobre patologias agudas e crônicas mais comuns nos idosos. Sinais e sintomas de cada patologia. Encaminhamento para serviço de saúde, acompanhamento e apoio nos cuidados.

OBJETIVOS

Geral

- Conhecer as principais patologias agudas e crônicas que acometem a pessoa idosa.

Específicos

- Identificar sinais e sintomas das patologias mais comuns que acometem os idosos;
- Conhecer o processo de saúde e doença no idoso;
- Compreender as alterações comportamentais inerentes às patologias;
- Identificar, avaliar e orientar os cuidados com a pessoa idosa nas diferentes alterações clínicas;
- Assistir o idoso de forma segura e humanizada;
- Encaminhar para serviço de saúde prestando acompanhamento e apoio nos cuidados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Processo de saúde e doença na pessoa idosa
- Características, sintomatologias e procedimentos de encaminhamento das afecções crônicas e degenerativas;
- Diabetes mellitus e hipertensão arterial;
- Mal de Alzheimer;
- Mal de Parkinson;
- Acidente Vascular Cerebral;
- Demências, cardiopatias, osteoporose, doença pulmonar obstrutiva crônica, câncer, depressão, glaucoma, úlcera venosa, etilismo e tabagismo;
- Afecções Agudas: pneumonias, diarreias, infecção de vias aéreas superiores, infecções de pele, doenças sexualmente transmissíveis.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Estudo de casos;
- Discussão de textos complementares;
- Dinâmicas de grupo;
- Debates em grupo;
- Exibição de filmes e vídeos.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas;
- Seminários.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Datashow
- Aparelho de som
- Apostilas e textos
- Vídeos e filmes
- Quadro branco

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FREITAS, E. V., et al. Tratado de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006.

SOUZA, V. H. S.; MOZACHI, N. O hospital: manual do ambiente hospitalar. 3 ed. Curitiba: Os autores, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BETTINELLI, L.A. A solidariedade no cuidado: dimensão e sentido da vida. In: UFSC. Série teses em enfermagem (41). Florianópolis: UFSC/PEN, 2002

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Guia prático do cuidador. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CALDAS, Célia P.; SALDANHA, Assuero Luiz. Saúde do Idoso a Arte de Cuidar. 2ª Edição, Editora Interciência.

CAMARGO, Izabel Eri. Doença de Alzheimer. Editora AGE Ltda.

DAHLKE, Rüdiger. A doença como linguagem da alma. Editora Cultrix, Cultrix.

GARCIA, F. H. A. MANSUR, L. L. Habilidades funcionais de comunicação: idoso saudável. Acta Fisiatr. 2006; 13(2): 87-89.

GARCIA, T. Um guia para cuidadores na atualidade. Elsevier: Rio de Janeiro, 2010.

GUIMARÃES, R.M., CUNHA, U.G.V. Sinais e Sintomas em Geriatria. 2º edição. São Paulo. Editora Atheneu, 2004.

LIMONGI, João Carlos Papaterra. Conhecendo melhor a Doença de Parkinson: uma abordagem. Editora Plexus, 2001.

SILVA, J. L. L. O processo saúde-doença e sua importância para a promoção da saúde. Informes em promoção da saúde, v.2,n.1.p.03-05, 2006

SILVA, M. Quem vai cuidar dos nossos pais? Rio de Janeiro: Record, 2006

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Cuidados de saúde do idoso. In: SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005. 10 ed. Vol 1, Cap 12, p.199-227.

STOPPE JUNIOR, Alberto; LOUZA NETO, Mário Rodrigues. Depressão na terceira idade: apresentação clínica e abordagem terapêutica. São Paulo: Editora Lemos, 1996

STOPPE JUNIOR, Alberto; LOUZA NETO, Mário Rodrigues. Depressão na terceira idade: apresentação clínica e abordagem terapêutica. São Paulo: Editora Lemos, 1996

8.10 Higiene pessoal e cuidados com a pele

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Higiene Pessoal e Cuidados com a Pele

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 2º

Carga Horária: 67h

Docente Responsável: Aline Soares de Lima

EMENTA

- Princípios básicos de higiene pessoal e ambiental. Hábitos culturais do cuidado com a pele. Desenvolvimento de técnica de higiene tanto para o saudável quanto para o acamado. Estímulo e orientação para o autocuidado. Técnicas de conforto.

OBJETIVOS

Geral

- Conhecer os princípios básicos de higiene pessoal e ambiental e como utilizá-los no cuidado ao idoso saudável ou acamado, considerando suas condições de saúde e a necessidade de segurança.

Específicos

- Conhecer os hábitos culturais no cuidado com a pele e a influência que os mesmos exercem no autocuidado do idoso;
- Desenvolver as técnicas de higiene pessoal tanto para o idoso saudável quanto para o acamado;
- Refletir sobre a necessidade de orientar os idosos sobre a necessidade das ações de autocuidado;
- Desenvolver as técnicas de conforto, conforme a necessidade do idoso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Princípios gerais de higiene pessoal e ambiental;
- Hábitos culturais do cuidado com a pele;
- Estímulo e orientação para o autocuidado;
- Noções básicas de biossegurança;
- Equipamentos de proteção individual (EPI's);
- Higienização das mãos;
- Segurança e conforto do paciente idoso;
- Massagem de conforto e cuidados com a pele;
- Transferência do idoso; mudança de decúbito;
- Auxílio na deambulação;
- Tricotomia e cuidados com as unhas;
- Utilização de comadres e papagaios;
- Higiene oral;
- Higiene dos cabelos e couro cabeludo;
- Higiene íntima feminina e masculina;
- Banho (no chuveiro, por imersão, no leito);
- Cuidados básicos com curativos e feridas.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Aulas práticas;
- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Discussões;
- Resolução de situação-problema;
- Estudos dirigidos;
- Projeção de vídeos.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;

- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PASSOS, V. C. S.; VOLPATO, A. C. B. **Técnicas Básicas de Enfermagem**. São Martinari, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Guia prático do cuidador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CESMAC. Centro Universitário Cesmac. **Manual de Biossegurança: enfermagem**. Maceió: Editora Universitária, 2015.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Segurança do Paciente em Serviços de Saúde: Higienização das Mãos**. Brasília: Anvisa, 2009.

POTTER, P. A.; PERRY, A. G. **Fundamentos de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

SOUZA, M. L.; SARTOR, V. V. B.; PADILHA, M. I. C. S.; PRADO, M. L. O cuidado em enfermagem: uma aproximação teórica. **Texto Contexto em Enfermagem**. n.2, v. 14, abr/jun, p. 266-270, 2005.

8.11 Políticas públicas e redes de atenção à pessoa idosa

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Políticas Públicas e Redes de Atenção à Pessoa Idosa

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 2º

Carga Horária: 33h

Docente Responsável: Maria Tereza de Souza Neves da Cunha

EMENTA

- Discute as Políticas Públicas na área do idoso a nível nacional, estadual e municipal e a implantação de modelos de atenção ao idoso no âmbito da saúde, educação, assistência social, trabalho, transporte, cultura e esporte, englobando todas as redes de atenção à pessoa idosa no Brasil.

OBJETIVOS

Geral

- Propiciar reflexão acerca das políticas públicas voltadas para as pessoas idosas no Brasil.

Específicos

- Refletir sobre o conceito de políticas públicas;
- Compreender o papel das políticas públicas na vida dos idosos e da sociedade;
- Ampliar conhecimentos acerca das políticas de saúde no Brasil;
- Entender o papel do SUS na saúde do país;
- Aprofundar conhecimentos sobre as políticas voltadas à pessoas idosas no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceituação de Saúde e Saúde Pública;
- Introdução à Políticas Públicas;
- Constituição Federal de 1988;
- Sistema Único de Saúde;
- Política Nacional do Idoso;
- Política Nacional de Saúde do Idoso
- Estatuto do Idoso.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Análise de Filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, L. M. et al. Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. *Cien Saude Colet*, v. 18, n. 12, p. 3543-3552, 2013.

BRASIL. Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre a criação do Sistema Único de Saúde. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº. 8.842/94. Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994.

BRASIL. Lei nº 10741 de 3 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 8842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília-DF, 2006.

FERNANDES, M. T; SOARES, S. M. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. *Rev Esc Enferm USP.*, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Estatuto do Idoso (2003). Vida longa e cidadania: conheça o estatuto do idoso. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL, Leis etc. Idosos: legislação. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999.

CAMARANO, A. A. Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004.

DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004. 266p.

HEREDIA, V. B. M.; LORENZI, D. R. S.; FERLA, A. A. (Orgs.). Envelhecimento, saúde e políticas públicas. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

MOTA, Maria Luiza dos Santos. A Terceira Idade e seus Direitos. São Paulo, 2005.

PINHEIRO R., MATTOS R. A. (Orgs) Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: IMS-UERJ-ABRASCO, 2001.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008. 326p.

8.12 Direito e Legislação voltados à pessoa idosa

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Direito e Legislação voltados à pessoa idosa

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 2º

Carga Horária: 67h

Docente Responsável: Danilo Augusto de Holanda Ferreira

EMENTA

- A Construção da Ideia de Direito no Estado Moderno; A Consolidação da perspectiva de Direito em função das Diferenças Etárias, de Gênero, Socioeconômicas e Condições Físico-psicológicas; Estatuto da Pessoa Idosa; Legislações federais e estaduais voltadas à pessoa idosa.

OBJETIVOS

Geral

- Propiciar o conhecimento sobre a legislação de interesse à pessoa idosa no âmbito do trabalho de cuidador.

Específicos

- Dar visibilidade para a importância do idoso em termos da identidade do povo brasileiro;
- Debater aspectos referentes aos direitos e deveres do familiar no cuidado com o idoso, baseado na constituição federal e estatuto do idoso;
- Debater sobre maus-tratos a idosos com vistas a socialização;
- Compreender, divulgar e promover a aplicação do estatuto do idoso, identificando os direitos e as políticas de atenção ao idoso, visando sua proteção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Noções básicas do direito;
- A redemocratização do Brasil: conquistas da constituinte de 1988;
- Direito Constitucional: direitos fundamentais individuais e coletivos;
- A atenção ao idoso e sua legalização: o processo de mudança ao longo do século XX;
- Os direitos da pessoa idosa na legislação brasileira;
- Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) - Disposições preliminares e direitos fundamentais;

- Violência doméstica contra a pessoa idosa.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Análise de Filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Estatuto do Idoso**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm

FELIX, Renan Paes. **Estatuto do Idoso: Leis nº 8.842/1994 e 10.741/2003**. Salvador: JusPodivm, 2009.

VILAS-BOAS, M. A. **Estatuto do idoso comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Atividades lúdicas e ocupacionais

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 3º

Carga Horária Anual: 67h

Docente Responsável: Dione Marques Figueiredo Guedes Pereira

EMENTA

- Os fundamentos científicos do movimento. Importância das atividades físicas. Atividades Físicas e Posturais; Atividades Recreativas; Desenvolvimento de Talentos e Novas Habilidades; Bases teóricas para o desenvolvimento de atividades ocupacionais; Atividades laborativas diárias e sua função para a manutenção da saúde física e mental.

OBJETIVOS

Geral

- Compreender a importância da utilização do lúdico na aprendizagem, assimilação e exercício da memória favorecendo a realização das atividades ocupacionais e a manutenção da saúde física e mental da pessoa idosa.

Específicos

- Reconhecer a importância das atividades lúdicas como fator de socialização e promoção da saúde do idoso;
- Contribuir para a redução do processo de limitação física e mental do idoso;
- Favorecer a autonomia do idoso nas atividades de vida diária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O sistema muscular e o movimento;
- Alterações fisiológicas e comportamentais;
- As possibilidades de movimento para a pessoa idosa;
- O lúdico com idosos;
- Uso das dinâmicas de grupo;
- Criação de espaços lúdicos;
- Estratégias de lazer (música, jogos, dança, leitura, atividade física, atividade recreativa, trabalhos manuais) e suas funções para manutenção da saúde física e mental da pessoa idosa.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Visita às Instituições de Longa Permanência;
- Discussão de textos complementares;
- Dinâmicas de grupo;
- Atividades em grupo.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas;
- Seminários;
- Elaboração de atividades lúdicas e ocupacionais destinadas à pessoa idosa.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Data-show
- Aparelho de som
- Apostilas e textos
- Vídeos
- Jogos
- Materiais lúdicos

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTILHO, Áurea. A dinâmica do trabalho de grupo. 3ª ed., Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

COSTA, Geni de Araújo. Atividade física, organizadora. Envelhecimento e a manutenção da saúde. Uberlândia: EDUFU, 2010. 303p.

JACOB, LUIS. Animação de Idosos. 3. ed. Porto: Âmbar, 2007.

LORDA, C. Raul. Recreação na Terceira Idade. 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Guia prático do cuidador. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CALDAS, Célia Pereira. A Saúde do Idoso: A arte de cuidar. Rio de Janeiro: EduERJ, 1998.

GARCIA, F. H. A. MANSUR, L. L. Habilidades funcionais de comunicação: idoso saudável. Acta Fisiatr. 2006; 13(2): 87-89.

GARCIA, T. Um guia para cuidadores na atualidade. Elsevier: Rio de Janeiro, 2010.

MORAGAS, Ricardo Moragas. Gerontologia Social: envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: Paulinas, 1997.

JACOB FILHO, Wilson. Prática a caminho da senicultura. São Paulo: Atheneu, 2003.

OSÓRIO, Agustin Requejo; PINTO, Fernando Cabral. (Coord.). As pessoas idosas: contexto social e intervenção educativa.

SILVA, M. Quem vai cuidar dos nossos pais? Rio de Janeiro: Record, 2006

STOPPARD, Miriam. Desafiar a idade. Porto: Civilização, 2004.

WITTER, Geraldina Porto. Envelhecimento: referenciais teóricos e pesquisas. Campinas: Alínea, 2006

8.14 Nutrição da pessoa idosa

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Nome: Nutrição da Pessoa Idosa
Curso: Técnico em Cuidados de Idosos
Série: 3º
Carga Horária: 67h
Docente Responsável: Aline Soares de Lima

EMENTA
<ul style="list-style-type: none">Grupo de alimentos e suas funções no organismo. Higiene, conservação e acondicionamento dos alimentos. Hábitos alimentares. Manipulação, preparo e oferta de alimentos. Diferentes tipos de dietas para a pessoa idosa.

OBJETIVOS
<p style="text-align: center;">Geral</p> <ul style="list-style-type: none">Conhecer os princípios básicos da digestão, absorção, transporte e excreção dos nutrientes e como estes se tornam parte integrante do sistema corporal do idoso, contribuindo para o seu adequado funcionamento. <p style="text-align: center;">Específicos</p> <ul style="list-style-type: none">Conhecer os grupos de alimentos e quais as suas funções no organismo;Desenvolver habilidades para a correta higienização, conservação e acondicionamento dos alimentos;Identificar os hábitos alimentares da pessoa idosa;Conhecer os diferentes meios de manipulação, preparo e oferta de alimentos ao idoso;Conhecer os diferentes tipos de dietas para a pessoa idosa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Digestão, absorção, transporte e excreção dos nutrientes;
- Necessidades energéticas;
- Noções básicas dos constituintes dos alimentos (carboidratos, lipídios, proteínas, vitaminas e sais minerais).
- Hidratação e sua importância para a saúde e o bem-estar;
- Pirâmide alimentar;
- Alimentos ácidos e alcalinos;
- Alimentos inflamatórios e anti-inflamatórios;
- Alergia e intolerância alimentar;
- Alimentação e sistema imunológico;
- Equilíbrio e saúde da flora intestinal;
- Nutrição no controle do peso;
- Nutrição na doença cardiovascular;
- Nutrição e hipertensão;
- Nutrição e diabetes mellitus;
- Nutrição para a saúde óssea;
- Nutrição para a saúde oral e dental;
- Nutrição nos distúrbios neurológicos;
- Necessidades nutricionais do idoso;
- Hábitos alimentares;
- Quando a suplementação é necessária;
- Higiene, conservação e acondicionamento dos alimentos;
- Manipulação, preparo e oferta de alimentos;
- Diferentes tipos de dietas para a pessoa idosa;
- Alimentação em coletividades institucionais para idosos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Aulas práticas;
- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Discussões;
- Resolução de situação-problema;
- Estudos dirigidos;
- Projeção de vídeos.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUSNELLO, F. M. **Aspectos nutricionais do processo do envelhecimento**. São Paulo: Atheneu, 2007.

MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S.; RAYMOND, J. L. **Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARRELL, M. L.; NICOTERI, J. A. L. **Nutrição em enfermagem: fundamentos para uma dieta adequada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GIBNEY, M. J. et al. **Introdução à nutrição humana**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

MANSO, M. E. G.; BIFFI, E. C. **Geriatría: manual da LEPE – Liga de Estudos do Processo de Envelhecimento**. São Paulo: Martinari, 2015.

MENEZES, M. R. **Enfermagem Gerontológica: um olhar diferenciado no cuidado biopsicossocial e cultural**. São Paulo: Martinari, 2016.

SALINAS, R. D. **Alimentos e nutrição: introdução à bromatologia**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TADDEI, J. A. et al. **Nutrição em saúde pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011.

8.15 Psicologia aplicada ao cuidador e ao idoso

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Psicologia Aplicada ao Cuidador e ao Idoso

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 3º

Carga Horária: 67h

Docente Responsável: Maria Tereza de Souza Neves da Cunha

EMENTA

- A perspectiva do ciclo vital sobre envelhecimento. Os estágios da vida adulta: caracterização física, sexual, intelectual e psicossocial. O adulto e seus diversos papéis sociais – família e trabalho. Crises previsíveis da idade adulta e transições. O processo de envelhecimento. O envelhecimento, a família, o trabalho, a aposentadoria, o lazer. Questões específicas de sexualidade, saúde e doença. Saúde do Cuidador.

OBJETIVOS

Geral

- Propiciar conhecimentos básicos acerca da Psicologia e suas relações com o processo de envelhecimento e cuidado.

Específicos

- Possibilitar o estudo introdutório da Psicologia;
- Analisar os princípios gerais do desenvolvimento humano na idade adulta e na velhice;
- Dialogar sobre a importância da Psicologia na saúde do cuidador e no cuidado prestado ao idoso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução a psicologia do desenvolvimento do adulto e do idoso;
 - Estágios da vida adulta
 - Diversos papéis sociais do adulto
 - Crises na vida adulta e transições
- Ciclo vital do envelhecimento;
 - O processo de envelhecimento
 - Mudança e desenvolvimento durante a velhice
 - Desenvolvimento cognitivo na velhice
 - Desenvolvimento da personalidade na velhice
 - Desenvolvimento social a partir da meia idade
- Saúde do Cuidador;
 - Impacto do cuidado na saúde do cuidador
 - Cuidando de quem cuida

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Análise de Filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;

- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Ed. Saraiva: 2002.

COLL, Cesar, Palacios, J. e Marchesi, A. (org). *Desenvolvimento Psicológico e Educação. Psicologia da Educação. Vol.1. 2ª ed.* Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

CUNHA, M. T. S. *Impacto do Cuidado na Qualidade de Vida e Saúde Mental do Cuidador Familiar de Idoso Dependente*. 2014. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB.

GRATÃO, A. C. M.; VENDRÚSCULO, T. R. P.; TALMELLI, L. F. S.; FIGUEIREDO, L. C.; SANTOS, J. L. F.; RODRIGUES, R. A. P. (2012). Sobrecarga e Desconforto Emocional em Cuidadores de Idosos. *Texto Contexto Enfermagem*, 21 (2), p. 304-12.

HAMILTON, I. S. *A psicologia do envelhecimento: uma introdução*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NERI, A. L. *Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspectivas Biológicas, Psicológicas e Sociológicas*. Campinas: Papyrus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, L.; SÁ, E. C. do N.; AMARAL, E. de B. *Corpo e Velhice: um estudo das representações sociais entre homens idosos*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2011, 31 (3).

ARTAUD, Gerard. *Conhecer-se a si mesmo: crise de identidade do adulto*. 6a ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

BEE, H. *O ciclo vital*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BERGER, K. S. *O Desenvolvimento da Pessoa – Da Infância à Terceira Idade*. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

BOFF, L. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 17ª ed. Petrópolis, RJ:

Vozes, 2011.

CÔRTE, B.; MERCADANTE, E. F.; ARCURU, I. G. Velhice envelhecimento complex(idade). São Paulo: Vetor. 2005.

GALVÃO, I. Henri Wallon: Uma Concepção Dialética do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1995.

PIAGET, J. Seis Estudos em Psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PAPALIA, D.; OLDS, S. Desenvolvimento Humano. São Paulo: Artes Médicas, 2000.

SHAFFER, D. R. Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005.

STUART-HAMILTON, I.; VERONESE, M. A. V. A Psicologia do Envelhecimento: Uma Introdução. Porto Alegre: Artmed, 2002.

8.16 Empreendedorismo e projeto social

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Nome: Empreendedorismo e projeto social
Curso: Técnico em Cuidados de Idosos
Série: 3º
Carga Horária: 33h
Docente Responsável: Degmar dos Anjos

EMENTA
<ul style="list-style-type: none">• Empreendedorismo, Elaboração de Projetos Sociais, Modelos de Projetos, Elaboração de Relatórios e Instrumento de Pesquisa; Utilização de Dados Secundários, Manipulação de Dados Censitários, Estudos Demográficos; Desenvolvimento de Projetos em Comunidade e Instituições.

OBJETIVOS
<p style="text-align: center;">Geral</p> <ul style="list-style-type: none">• Propiciar o conhecimento dos processos relacionados ao Empreendedorismo e elaboração de projetos sociais. <p style="text-align: center;">Específicos</p> <ul style="list-style-type: none">• Possibilitar o estudo das diferentes formas de ser empreendedor;• Debater os modelos de projetos e processos de elaboração de projetos sociais;• Dialogar sobre Censo e dados censitários;• Promover a análise de estudos demográficos;• Realizar conjuntamente o desenvolvimento de projetos em comunidades ou instituições.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none">• Noções básicas de Empreendedorismo;• Estudo dos processos de Elaboração de Projetos Sociais;• Análise e Compreensão de Modelos de Projetos;• Elaboração de Relatórios e Instrumento de Pesquisa;• Censo e análise de Dados Secundários;• Manipulação de Dados Censitários;• Estudos Demográficos;• Desenvolvimento de Projetos em Comunidade e Instituições.

METODOLOGIA DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none">• Análise e interpretação de textos e artigos;• Aulas expositivo-dialogadas;• Discussões;• Atividades de pesquisa como processo educativo;• Análise de Filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas;
- Atividade Prática de desenvolvimento de projeto em comunidade ou instituição.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HISRICH, Robert. D., PETERS. Michael e SHEPHERD, Dean. A. **Empreendedormismo**. 7ª.Edição. Porto Alegre: Bookman, 2009.

SARKAR, Soumodip. **Empreendedomismo e inovação**. Lisboa: Escolar, 2009.

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. **Empreendedores brasileiros: a experiência e as lições de quem faz acontecer** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 169p. v.2

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOLABELA, F. **O Segredo de Luisa**. Cultura Editores, São Paulo, 1999.

DORNELAS, José C. A. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 183p.

DRUCKER, P.F. **Inovação e espírito empreendedor**. 2ª edição. São Paulo: Pioneira, 1987.

FILION, Louis J.; DOLABELA, Fernando. **Boa idéia! E agora?: plano de negócio, o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa**. São Paulo: Cultura, 2000. 344p.

HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2006. 277p.

8.17 Relações humanas e qualidade de vida

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
Nome: Relações Humanas e Qualidade de Vida
Curso: Técnico em Cuidados de Idosos
Série: 4º
Carga Horária: 67h
Docente Responsável: Maria Tereza de Souza Neves da Cunha

EMENTA

- Abordagem das relações interpessoais, abrangendo as relações humanas como teoria, no trabalho e entre grupos. Comunicações, liderança e dinâmicas interpessoais. Qualidade de vida no trabalho.

OBJETIVOS

Geral

- Conhecer e discutir aspectos pertinentes ao relacionamento humano e a qualidade de vida a partir da referência conceitual da Psicologia no ambiente de trabalho.

Específicos

- Compreender os princípios da teoria das relações humanas;
- Levar o discente a assimilar a importância da integração pessoal com os colegas do ambiente de trabalho;
- Compreender princípios comunicação e liderança;
- Compreender princípios de ética e dinâmica de grupos;
- Compreender a importância da qualidade de vida no trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Comportamento organizacional
Visão sistêmica das organizações
A psicologia e as relações interpessoais
- Fundamentos do comportamento humano
Personalidade e formação da personalidade
Diferenças individuais e personalidade
Aptidões e habilidades
Inteligência emocional
- Compreensão pessoal e do outro
Autoconhecimento
Percepção de si e dos outros
O conceito de empatia e sua importância nas relações humanas

- Relações interpessoais e intergrupais
As contribuições da psicologia social: percepção Estereótipos, preconceito e discriminação
Grupos e equipes de trabalho
Cooperação versus competição
Equipes de alto desempenho
- Motivação
Conceitos
Noções sobre a influência social
Principais Teorias
Aplicação da motivação no trabalho
- Liderança
Conceitos
Principais teorias
Liderança e Administração de conflitos
Perfil atual do líder
- Comunicação
Conceito
Principais funções da comunicação
Comunicação organizacional
Barreiras à comunicação nas organizações
Saber ouvir
Comunicação interpessoal no trabalho
O mito do comunicador
- Qualidade de Vida e Saúde Mental no Trabalho
A influência das relações humanas nas condições de saúde e trabalho
Doenças relacionadas ao trabalho: estresse, LER/DORT, doenças psicossomáticas
QVT (Qualidade de Vida no Trabalho)
Saúde mental e trabalho

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Análise de Filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MINICUCCI, A. Relações Humanas: psicologia das relações interpessoais. São Paulo: Atlas, 2001.

ROBBINS, S. P. Comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

WEIL, P. Relações humanas na família e no trabalho. 51. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEJOURS, C. Psicodinâmica do Trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

IAN, M. Como ouvir as pessoas. São Paulo: Nobel, 2000.

MOSCOVICI, F. Desenvolvimento Interpessoal. Rio de Janeiro: José Olympio, 14. ed, 2004.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. Psicologia Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SÁ, Antonio Lopes. Ética Profissional. São Paulo: Atlas, 6. ed., 2005.

ZANELLI, J. C. (Cols.). Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseadas em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2010.

8.18 Cuidados paliativos, processos de morte e morrer

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Cuidados paliativos, processos de morte e morrer

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 4º

Carga Horária Anual: 33h

Docente Responsável: Degmar dos Anjos

EMENTA

- Princípios dos Cuidados Paliativos, bem como fatores determinantes do atendimento humanizado e, por conseguinte, a melhoria na qualidade da assistência multiprofissional direcionada aos pacientes fora de possibilidades terapêuticas de cura e sua família. Fases de doenças crônicas. A morte no processo de desenvolvimento humano.

OBJETIVOS

Geral

- Propiciar o conhecimento dos processos relacionados aos principais cuidados paliativos voltados a pessoas idosas e aos impactos relacionados ao acompanhamento em contextos de morte e morrer.

Específicos

- Possibilitar o estudo dos Princípios relacionados aos Cuidados Paliativos;
- Analisar sentidos de atendimento humanizado;
- Dialogar sobre assistência multiprofissional voltada a pacientes fora de possibilidades terapêuticas de cura;
- Estudar as fases de doenças crônicas;
- Debater sentidos de finitude, morte e morrer e os processos de desenvolvimento humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Noções básicas de Cuidados Paliativos;
- Estudo dos processos de humanização da saúde;
- Mecanismos de Assistência Multiprofissional;
- Análise de assistência a pacientes fora de possibilidades terapêuticas de cura;
- Elaboração de Relatórios e Instrumento de Pesquisa;
- Doenças Crônicas e suas fases;
- Noções básicas de Tanatologia;
- Sentidos de finitude, morte e morrer.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Análise de Filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas;

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PESSINI L, BERTACHINI L. **Humanização e cuidados paliativos**. São Paulo: Edições Loyola; 2004.

PIMENTA CAM, MOTA DDCF, CRUZ DALM. **Dor e cuidados paliativos: enfermagem, medicina e psicologia**. Barueri: Manole; 2006.

SANTOS FS. **Cuidados paliativos: discutindo a vida, a morte e o morrer**. São Paulo: Atheneu; 2009.

ARIÈS P. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1981. 2v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO PVR, VIEIRA MJ. **As atitudes do homem frente à morte e o morrer**. Texto Contexto Enferm 2001; 10(3): 101-17.

ESSLINGER I. **De quem é a vida, afinal?** São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004.

INCONTRI D, SANTOS FS. **A arte de morrer: visões plurais**. Bragança Paulista: Comenius; 2007.

KOVÁCS MJ. **Educação para a morte: temas e reflexões**. Casa do Psicólogo; 2003

DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Nome: Práticas integrativas e complementares em saúde

Curso: Técnico em Cuidados de Idosos

Série: 4º

Carga Horária Anual: 67h

Docente Responsável: Degmar dos Anjos

EMENTA

- Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC). Noções básicas de estudos das PIC: Medicina Tradicional Chinesa, Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Termalismo Social/Crenoterapia e Medicina Antroposófica: histórico, introdução, objetivos, procedimentos e metodologias relacionadas à prevenção agravos e de doenças, promoção e recuperação da saúde utilizando estas terapias.

OBJETIVOS

Geral

- Propiciar o conhecimento dos processos relacionados às Práticas Integrativas e Complementares em saúde no cuidado a pessoas idosas.

Específicos

- Entender as bases terapêuticas das principais terapias alternativas e complementares disponíveis no Brasil;
- Analisar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC);
- Debater as Noções básicas de PIC;
- Estudar as Noções básicas de estudos das PIC, em especial: Medicina Tradicional Chinesa, Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Termalismo Social/Crenoterapia;
- Estudar a Medicina Antroposófica e metodologias relacionadas à prevenção agravos e de doenças, promoção e recuperação da saúde em pessoas idosas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos de Práticas Integrativas e Complementares voltadas a pessoas idosas no Brasil;
- Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC);
- Noções básicas de Medicina Tradicional Chinesa, Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Termalismo Social/Crenoterapia;
- Noções básicas de Medicina Antroposófica;
- Estudo de outras PIC voltadas ao cuidado de pessoas idosas

METODOLOGIA DE ENSINO

- Análise e interpretação de textos e artigos;
- Aulas expositivo-dialogadas;
- Discussões;
- Atividades de pesquisa como processo educativo;
- Análise de Filmes.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Atividades individuais;
- Atividades em equipe;
- Avaliações escritas;

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Aparelhagem multimídia;
- Caixa de som;
- Quadro branco.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

YWATA, C.; ANTÔNIO, J.; CORDEIRO, R. **A cura está na natureza**: medicina natural. São Paulo: Três, 2000. 544p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/geral/pnpic.pdf>

PINHEIRO, R., MATTOS, R. **A Construção da Integralidade**: cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: IMS-UERJ Abrasco, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

REVISTA DE SAÚDE COLETIVA. Rio de Janeiro, 1997. **Cultura contemporânea e medicinas alternativas**: novos paradigmas em saúde no fim do século.

SOARES, SM. **Práticas terapêuticas no serviço público de saúde**: caminhos e descaminhos. Tese de doutoramento. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2000.

CLAY, J.H.; POUNDS, D.M. **Massoterapia clínica**: integrando anatomia e tratamento. São Paulo: Editora Manole, 2003. 412p. LAMBERT, E. **Os estados afetivos e os remédios florais do Dr. Bach**: Um repertório completo para uso na terapia floral. São Paulo: Pensamento, 1991. 164p.

BOORHEM, R.L. **Dicionário de medicina natural**. Rio de Janeiro: Reader's Digest Assiciation, 2000. 421p

9 REGULAMENTO DIDÁTICO PARA OS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES

O curso em Cuidados de Idosos será efetivado em consonância ao Regulamento Didático dos cursos técnicos subsequentes do IFPB (Resolução CS-IFPB nº 83, de 21 de outubro de 2011).

9.1 Ingresso e Matrícula

O ingresso no Curso Técnico (subsequente) em Cuidados de Idosos, Campus

Mangabeira, dar-se-á por intermédio de teste de seleção de natureza pública ou quaisquer outras formas que o IFPB venha adotar, podendo ser, inclusive, através de convênios com outras instituições ou sistemas de ensino e terá como requisito a conclusão do Ensino Médio.

O processo seletivo será constituído por provas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo realizado a cada ano e/ou semestre letivo, de acordo com a capacidade de oferta de vagas da Instituição. O preenchimento das vagas ofertadas obedecerá rigorosamente aos critérios estabelecidos pelo Edital de Seleção.

A matrícula deverá ser efetivada pelo discente ou por seu(sua) procurador(a), nos prazos estipulados no Edital de Matrícula, obedecendo-se às condições estabelecidas pelo Edital de Seleção.

A matrícula no primeiro semestre letivo obedecerá a blocagem curricular e nos demais semestres será por disciplina, respeitando-se a quantidade de vagas disponíveis para cada uma delas. No preenchimento das vagas, terão prioridade os discentes bloqueados, em seguida o discente concluinte e, por último, a ordem de solicitação de matrícula. O discente poderá se matricular em disciplinas não obedecendo a sequência do fluxograma definida no PPC, desde que tenha sido aprovado nos respectivos pré-requisitos daquela para a qual está requerendo matrícula. Aquele que não efetuar a renovação de matrícula, em qualquer um dos semestres letivos, será desvinculado do curso.

As vagas surgidas em virtude do não requerimento de matrícula deverão ser preenchidas seguindo-se a ordem de classificação do processo seletivo. Havendo disponibilidade de vagas, o IFPB poderá admitir candidatos com diploma de técnico de nível médio, através de processo seletivo específico.

O processo seletivo específico poderá constar de exame classificatório, análise curricular ou qualquer outra forma que o IFPB venha adotar. O ingresso do candidato(a) ocorrerá, exclusivamente, no curso para o qual foi classificado, não sendo permitida a mudança para outro curso.

9.2 Trancamento e reabertura de matrícula

Não será permitido o trancamento de matrícula no semestre inicial do curso, exceto nos seguintes casos devidamente comprovados:

- I – Tratamento de saúde;
- II – Convocação para o Serviço Militar;

- III – Gravidez de risco;
- IV – Trabalho formal;
- V – Mudança de domicílio para outro município ou unidade federativa;
- VI – Acompanhamento do cônjuge.

O trancamento de matrícula poderá ocorrer apenas uma vez, exceto nos casos acima descritos.

O prazo para trancamento é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir do início do semestre letivo cuja solicitação será mediante requerimento à Coordenação de Controle Acadêmico (CCA).

Permite-se o trancamento por semestre ou por disciplina de forma isolada. Para os discentes com admissão por reingresso e transferência, o trancamento só poderá ser concedido quando for integralizado o período em que ele foi posicionado após a realização do aproveitamento de estudo, não sendo permitido após uma desistência ou reprovação total no semestre.

O discente deverá reabrir, obrigatoriamente, sua matrícula no início do semestre letivo seguinte ao do seu trancamento, observando os prazos previstos no Calendário Acadêmico. Perderá a vaga o discente que não efetivar a matrícula nos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico e o seu retorno às atividades acadêmicas será definido pela coordenação de curso, considerando a capacidade instalada e a disponibilidade de vagas, podendo, até mesmo, efetivar-se apenas no período seguinte àquele solicitado.

Ao final de cada semestre, em período definido pelo IFPB, o discente deverá renovar sua matrícula para manutenção do seu vínculo com a Instituição. Ficarão impedidos de renovar matrícula o discente com 02 (duas) reprovações totais e/ou desistências consecutivas em qualquer um dos semestres, perdendo direito à vaga.

9.3 Aproveitamento de conhecimentos adquiridos

O discente poderá requerer aproveitamento de conhecimentos adquiridos dentro ou fora do sistema regular de ensino. Para o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos anteriormente, considerar-se-ão:

- I – inicialmente, as competências da área profissional;
- II – a correspondência com as competências da habilitação específica.

O requerimento para aproveitamento de conhecimentos adquiridos deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso nos primeiros 10 (dez) dias letivos, conforme

as exigências abaixo relacionadas:

- para qualificação profissional, etapas de nível técnico, apresentar histórico e ementa;
- para curso de qualificação profissional de nível básico, apresentar certificado e ementa;
- para conhecimentos adquiridos por meio informal, apresentar documentos relativos à experiência profissional;

Para conhecimentos adquiridos em qualificação profissional, etapas, disciplinas de nível técnico cursados na habilitação profissional ou inter-habilitação, será feita uma análise de currículo para se verificar a correspondência com o perfil de conclusão de curso, desde que esteja dentro do prazo limite de 05 (cinco) anos (Parecer CNE/CEB 16/99). Os conhecimentos adquiridos em disciplinas nos cursos de nível superior de tecnologia poderão ser aproveitados, sem necessidade de avaliação, passando pela apreciação do professor. A análise da equivalência de estudos deverá recair sobre os conteúdos que integram os programas e não sobre a terminologia das disciplinas requeridas, e a correspondência mínima de 75% da carga-horária.

O conhecimento adquirido em cursos realizados até 05 (cinco) anos, em cursos de nível básico e, ainda, os adquiridos no trabalho poderão ser aproveitados mediante avaliação, considerando-se o perfil de conclusão do curso (Parecer CNE/CEB 16/99 – Lei 9.394/96, Art. 41). Na avaliação desses conhecimentos poderão ser utilizados os seguintes instrumentos:

- I – Atividades práticas;
- II – Projetos;
- III – Atividades propostas pelos docentes.

9.4 Transferência e Adaptação Curricular

Poderão ser admitidos, por transferência, os discentes procedentes de escolas similares, considerando-se o eixo tecnológico e a existência de vagas. O requerimento de transferência deverá ser acompanhado do histórico escolar e da ementa das disciplinas cursadas.

A análise curricular será realizada pela Coordenação do Curso. Ocorrendo divergência curricular, o aproveitamento de estudos dar-se-á quando houver compatibilidade de, no mínimo, 75% da carga horária total e do conteúdo.

No caso de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente

estudante, removido *ex officio*, a matrícula será concedida independentemente de vaga e de prazos estabelecidos, nos termos da Lei N° 9.356/97.

9.5 Reingresso

O reingresso é a possibilidade dos discentes que perderam o vínculo com o IFPB, por abandono ou jubramento, de reingressar na Instituição, a fim de integralizar o seu currículo, conforme a oferta de vagas com esta finalidade no período e no curso de origem.

O reingresso poderá ser autorizado uma única vez e para o seu curso de origem. Somente serão apreciados os requerimentos de reingresso de ex-discentes que se enquadrem nas seguintes situações:

I – Não ter sido reintegrado anteriormente;

II – Não estar matriculado em nenhum curso do IFPB;

III – Ter aprovação em todas as disciplinas exigidas para o 1º período do curso;

IV – Não ter sido reprovado 4 (quatro) vezes em uma ou mais disciplinas;

V – Não terem decorrido mais de 5 (cinco) anos, desde a interrupção do curso até o período pretendido para o reingresso.

O reingresso condiciona, obrigatoriamente, o discente ao currículo e regime acadêmico vigente, não se admitindo, em nenhuma hipótese, complementação de carga horária em disciplinas do vínculo anterior. Será concedido ao discente um período letivo adicional para ele promover a adaptação curricular.

A inscrição será aberta por Edital, que regulamentará todo processo de reingresso. Ao inscrever-se, o candidato firmará declaração de que aceita as condições estabelecidas nestas orientações.

Para efeito de conclusão do curso, o discente que tenha perdido o vínculo com a Instituição em período não superior a 05 (cinco) anos, faltando-lhe apenas apresentar o relatório de estágio curricular obrigatório ou de práticas profissionais, poderá solicitar o reingresso a qualquer momento, independentemente de prazo previsto no calendário acadêmico.

Nesta condição, o candidato deve protocolar uma declaração do Professor Orientador, informando o período e carga horária do estágio (no caso de estágio curricular). Uma vez requerido o reingresso nos termos destas orientações, a DDE autorizará a matrícula do discente no estágio curricular obrigatório, apenas para efeito de entrega do relatório, com prazo não superior a 30 dias, a contar da data de seu reingresso.

9.6 Avaliação

A avaliação, no IFPB, deve ser compreendida como uma prática processual, diagnóstica, contínua e cumulativa da aprendizagem, de forma a garantir a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e o redimensionamento da prática educativa.

A avaliação da aprendizagem ocorrerá por meio de instrumentos próprios, buscando detectar o grau de progresso do discente em processo de aquisição de conhecimento, expresso em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), considerando-se os indicadores de conhecimento teórico e prático e de relacionamento interpessoal.

Realizar-se-á através da promoção de situações de aprendizagem e utilização dos diversos instrumentos de verificação que favoreçam a identificação dos níveis de domínio de conhecimento/competências e o desenvolvimento do discente nas dimensões cognitivas, psicomotoras e atitudinais como também a análise de competências e o desempenho do discente, alguns como trabalhos práticos, estudos de caso, simulações, projetos, situações-problema, relatórios, provas, pesquisa, debates, seminários e outros.

O número de verificações de aprendizagem durante o semestre deverá ser no mínimo de:

I – 02 (duas) verificações para disciplinas com carga horária até 67 (sessenta e sete) horas;

II – 03 (três) verificações para disciplinas com carga horária acima mais de 67(sessenta e sete) horas.

Os discentes deverão ser, previamente, comunicados a respeito dos critérios do processo avaliativo e os resultados deverão ser comunicados no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data da avaliação.

O docente deverá registrar as temáticas desenvolvidas nas aulas, a frequência dos discentes e os resultados de suas avaliações diretamente no Diário de Classe e no sistema acadêmico (Q-Acadêmico). O controle da frequência contabilizará a presença do discente nas atividades programadas, das quais estará obrigado(a) a participar de pelo menos 75% da carga horária prevista em cada componente curricular.

9.7 Aprovação e Reprovação

Considerar-se-á aprovado no período letivo o discente que, ao final do semestre, obtiver média aritmética igual ou superior a 70 (setenta) em todas as disciplinas e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária por disciplina.

Se o mesmo atingir Média Semestral (MS) igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 70 (setenta) em uma ou mais disciplinas, e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária por disciplina do período, terá direito a submeter-se à Avaliação Final em cada disciplina em prazo definido no calendário acadêmico.

Será, ainda, considerado aprovado, após a avaliação final, o discente que obtiver Média Final igual ou superior a 50 (cinquenta), calculada através da seguinte equação:

$MF = \frac{6 \cdot MS + 4 \cdot AF}{10}$	MF = Média Final MS = Média Semestral AF = Avaliação Final
---	--

Considerar-se-á reprovado por disciplina o discente que:

- I – Obter frequência inferior a 75% da carga horária prevista na disciplina;
- II – Obter média semestral menor que 40 (quarenta);
- III – Obter média final inferior a 50 (cinquenta).

Após a Avaliação Final não haverá segunda chamada ou reposição, exceto no caso decorrente de julgamento de processo e nos casos de licença médica, amparados pelas legislações específicas.

Ao término do semestre letivo, os docentes deverão encaminhar à Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) os diários de classe devidamente preenchidos no sistema acadêmico (Q-Acadêmico), impressos e com todas as folhas rubricadas.

Para efeito de justificativa de faltas, o discente terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da falta, para protocolar solicitação específica para este fim, apresentando um dos seguintes documentos:

- I – Atestado médico;
- II – Comprovante de viagem para estudo;
- III – Comprovante de representação oficial da instituição;
- IV – Comprovante de apresentação ao Serviço Militar Obrigatório;
- V – Cópia de Atestado de Óbito, no caso de falecimento de parente em até

segundo grau.

9.8 Reposição das avaliações

O discente que não comparecer à atividade de verificação da aprendizagem programada terá direito a apenas um exercício de uma reposição por disciplina, devendo o conteúdo ser o mesmo da avaliação a que não compareceu. Fará jus, ainda, sem prejuízo do direito assegurado acima, o discente que faltar à avaliação por estar representando a Instituição em atividades desportivas, culturais, técnico-científicas, de pesquisa e extensão e nos casos justificados.

9.9 Regime especial de exercício domiciliar

O regime especial de exercício domiciliar, como compensação por ausência às aulas, amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044/69 e pela Lei nº 6.202/75, será concedido:

I – À discente em estado de gestação, a partir do oitavo mês ou em período pós-parto, durante 90 dias;

II – Ao discente com incapacidade física temporária, de ocorrência isolada ou esporádica, incompatível com a frequência às atividades escolares na Instituição, desde que se verifique a observância das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar.

Para fazer jus ao benefício o requerente deverá:

- Solicitar a sua concessão à Coordenação do Curso;
- Anexar atestado médico com a indicação das datas de início e término do período de afastamento.

Fica assegurado ao discente em regime especial de exercício domiciliar o direito à prestação das avaliações finais. Os exercícios domiciliares não desobrigam, em hipótese alguma, o discente de realizar as avaliações da aprendizagem. O representante do discente em regime domiciliar deverá comparecer à Coordenação do Curso para retirar e/ou devolver as atividades previstas.

As atividades curriculares de modalidade prática que necessitem de acompanhamento do docente e da presença física do discente em regime especial deverão ser realizadas, após o retorno do discente às aulas e em ambiente próprio para sua execução, desde que compatíveis com as possibilidades da Instituição.

9.10 Práticas Profissionais Supervisionadas (PPS)

A PPS é uma atividade curricular que procura associar um esquema acadêmico de alto nível a uma forte ênfase nas atividades práticas. Seu objetivo é ajudar os alunos a construir uma forma de pensar as questões voltadas aos cuidados com os idosos a partir dos fundamentos científicos aplicáveis e desenvolvidos nas disciplinas deste curso, e por outro lado, viabilizar uma aprendizagem contextualizada e significativa, na medida em que os alunos adquirem conhecimentos acadêmico e prático-profissional de maneira concomitante.

A prática profissional será orientada, nos 3º e 4º semestres do curso, pelo professor da disciplina norteadora. O(s) professor(es) orientador(es) acompanhará(ão) o andamento da prática e estará(ão) sempre disponível(is) para as necessidades que se apresentarem, para ajudar o aluno a resolver problemas e dificuldades que encontrar e não conseguir resolver sozinho.

Neste sentido, o papel do professor(es) orientador(es) é inserir o aluno nas multiplicidades das tarefas do exercício profissional. Nela, a aplicação de forma integrada dos conhecimentos aprendidos nas disciplinas acadêmicas constitui a base para o desenvolvimento e o aprendizado do aluno em ações de cuidados com os idosos.

Ao final do 3º e 4º semestres, o aluno fará um relatório da sua vivência nas atividades de prática profissional. Nesses relatórios, o aluno fará um balanço da sua aprendizagem, demonstrando que está apto para usar o conhecimento científico para resolver tarefas no mundo do trabalho. O relatório é indispensável para o aluno concluir este curso e será avaliado conforme as normas de avaliação estabelecidas neste projeto pedagógico.

No que concerne à carga horária dos componentes curriculares Práticas Profissionais Supervisionadas I e II, o estudante deverá cumprir 100% das atividades desenvolvidas nas Instituições de Longa Permanência - ILPIs, não valendo para tal, o percentual de 75% de frequência.

9.11 Jubilamento

Será jubilado o discente que não renovar ou reabrir a matrícula no prazo estabelecido pelo IFPB e tiver duas reprovações totais e/ou desistências consecutivas em qualquer um dos semestres do curso.

9.12 Diplomação

O discente que concluir 100% das disciplinas do curso, cumprir com as práticas profissionais e entregar o relatório final dentro do prazo de até 05 (cinco) anos poderá requerer o Diploma de Técnico em Cuidados de Idosos.

Para requerimento de Diploma, deverá o discente, junto ao setor de protocolo do *campus*, preencher formulário de requerimento de diplomação, dirigido a Coordenação do Curso, anexando fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Conclusão do ensino médio ou equivalente;
- b) Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento;
- c) Documento de Identidade;
- d) CPF
- e) Título de eleitor e certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
- f) Carteira de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação (para o gênero masculino)

Todas as cópias de documentos deverão ser autenticadas em cartório ou apresentadas juntamente com os originais na Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) para comprovação da devida autenticidade.

O histórico escolar indicará os conhecimentos definidos no perfil profissional de conclusão do curso.

10 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

10.1 Docente

Quadro de demanda docente para a efetivação do currículo:

XI. PERIODO	DISCIPLINAS	QUANT.	PERFIL DO DOCENTE
1 PER	Linguagens e práticas discursivas	01	Licenciatura em Letras ou áreas afins
1 PER	Informática aplicada aos cuidados de idosos	01	Graduação em Informática ou áreas afins
1 PER	Ética, responsabilidades e legislações voltadas ao cuidador formal	10	Graduação em Direito, Serviço Social, Psicologia ou áreas afins
1 PER	Direito e legislação voltados à pessoa idosa	01	Graduação em Direito, Serviço Social ou áreas afins
1 PER	Anatomia e fisiologia humana no processo de envelhecimento	01	Graduação em Enfermagem, Medicina, Fisioterapia, Educação Física ou áreas afins.
1 PER	Fundamentos de gerontologia e geriatria	01	Graduação em Enfermagem, Medicina, Fisioterapia, Educação Física, Psicologia ou áreas afins.
2 PER	Noções básicas de urgência e emergência	01	Graduação em Enfermagem, Medicina ou áreas afins.
2 PER	Aspectos comportamentais e culturais no Envelhecimento	01	Graduação em Psicologia ou outra áreas ou áreas afins.
2 PER	Segurança e acessibilidade para a pessoa idosa	01	Graduação em Enfermagem, Fisioterapia ou áreas afins.
2 PER	Patologias comuns à pessoa idosa	01	Graduação em Enfermagem, Medicina ou áreas afins.
2 PER	Higiene pessoal e cuidados	01	Graduação em Enfermagem ou áreas afins.

	com a pele		
2 PER	Políticas públicas e redes de atenção à pessoa idosa	01	Graduação em Direito, Serviço Social, Psicologia ou áreas afins
3 PER	Práticas profissionais supervisionadas I	01	Quaisquer dos Docentes do quadro já especificados.
3 PER	Atividades lúdicas e ocupacionais	01	Graduação em Educação Física ou Terapia Ocupacional ou Fisioterapia ou áreas afins.
3 PER	Nutrição da pessoa idosa	01	Graduação em Nutrição, Enfermagem ou áreas afins.
3 PER	Psicologia aplicada ao cuidar e ao idoso	01	Graduação em Psicologia ou áreas afins.
3 PER	Empreendedorismo e projeto social	01	Graduação em Gestão ou áreas afins.
4 PER	Práticas supervisionadas II	01	Quaisquer dos Docentes do quadro já especificados.
4 PER	Relações humanas e qualidade de vida	01	Graduação em Psicologia ou áreas afins.
4 PER	Cuidados paliativos, processos de morte e morrer	01	Graduação em Enfermagem, Psicologia ou áreas afins.
4 PER	Práticas integrativas e complementares em saúde	01	Graduação em Enfermagem, Medicina, Fisioterapia ou áreas afins.

10.1.1 Quadro docente efetivo

Corpo docente efetivo para a implantação do Curso Técnico em Cuidado de Idosos será formado por profissionais capacitados e qualificados para o exercício das seguintes disciplinas:

SEMESTRE	DISCIPLINA	QTD
1º	Linguagens e práticas discursivas	01
	Informática aplicada aos cuidados de idosos	01
	Ética, responsabilidades e legislações voltadas ao cuidado formal	01
	Direito e legislação voltados à pessoa idosa	01
	Anatomia e fisiologia humana no processo de envelhecimento	01
	Fundamentos de gerontologia e geriatria	01
2º	Noções básicas de urgência e emergência	01
	Aspectos comportamentais e culturais no envelhecimento	01
	Segurança e acessibilidade para pessoa idosa	01
	Patologias comuns à pessoa idosa	01
	Higiene pessoal e cuidados com a pele	01
	Políticas públicas e redes de atenção à pessoa idosa	01
3º	Práticas profissionais supervisionadas I	01
	Atividades lúdicas e ocupacionais	01
	Nutrição da pessoa idosa	01
	Psicologia aplicada ao cuidador e ao idoso	01
	Empreendedorismo e projeto social	01
	Práticas supervisionadas II	01
	Relações humanas e qualidade de vida	01
	Cuidados paliativos, processos de morte e morrer	01
	Práticas integrativas e complementares em saúde	01

10.2 O Corpo Técnico Administrativo

O corpo técnico administrativo do Campus Mangabeira será formado por profissionais capacitados e qualificados para o exercício das seguintes funções:

SERVIDOR	FUNÇÃO	QTD
Pedagogo(a)		01
Assistente Administrativo		01
Assistente Social		01
Técnico em Assuntos Educacionais		01

11 BIBLIOTECA

A Biblioteca deverá operar com um sistema completamente informatizado,

possibilitando fácil acesso, via terminal, ao acervo da biblioteca e propiciará a reserva de exemplares, cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 8 (oito) dias para o aluno e 15 (quinze) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo da biblioteca deverá ser instalado mediante a necessidade de implantação do curso, nas quantidades mínimas preconizadas pelo MEC.

12 INFRAESTRUTURA

12.1 Espaço Físico Geral

O Curso Técnico em Cuidados de Idosos na forma Subsequente iniciará a oferta do curso em instalações cedidas pelo Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Educação, na Escola Técnica Estadual de João Pessoa.

A capacidade instalada para o desenvolvimento dos Cursos Técnicos de Nível Médio que integram a dimensão da saúde, com possibilidades de serem ofertadas pelo Campus Mangabeira, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o curso requer infraestrutura mínima, tais como, biblioteca com acervo específico e especializado, laboratório de informática com programas específicos, laboratório de primeiros socorros, laboratório de suporte básico à vida e laboratório didático: unidade de saúde.

12.2 Recursos audiovisuais e multimídia

De acordo com as políticas e propostas para os seus cursos, o IFPB garante a seus docentes e discentes recursos audiovisuais e de multimídia que tornam as metodologias de ensino utilizadas mais dinâmicas e interessantes, tornando a sala de aula um espaço efetivo de participação, integração, interdisciplinaridade, com alunos e professores, construindo conhecimentos, compartilhando experiências e enriquecendo as atividades acadêmicas. O IFPB disponibiliza equipamentos específicos e de uso exclusivo, em quantidade suficiente ao desempenho de suas funções.

12.3 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

O Campus de Mangabeira começará suas atividades acadêmicas em instalações

provisórias, no entanto, todos os esforços serão envidados no sentido de promover o atendimento a pessoas com deficiência em conformidade com as diretrizes contidas no PDI da Instituição (pp. 184-185) tanto no tocante à estrutura física do prédio a ser construído, quanto à contratação de pessoal qualificado e à adoção de ações didáticas efetivas estabelecidas, *in verbis*:

O IFPB, em observância à legislação específica, consolidará sua política de atendimento a pessoas com deficiência, procurando assegurar-lhes o pleno direito à educação para todos e efetivar ações pedagógicas visando à redução das diferenças e à eficácia da aprendizagem. Assim, assume o compromisso formal desta Instituição em todos os seus campi:

I – Constituir os Núcleos de Apoio às pessoas com necessidades Especiais - NAPNEs, dotando-os de recursos humanos, materiais e financeiros, que viabilizem e dêem sustentação ao processo de educação inclusiva;

II – Contratar profissionais especializados para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;

III – Adequar a estrutura arquitetônica, de equipamentos e de procedimentos que favoreça à acessibilidade nos campi;

a) construir rampas com inclinação adequada, barras de apoio, corrimão, piso tátil, elevador, sinalizadores, alargamento de portas e outros;

b) adquirir equipamentos específicos para acessibilidade: teclado Braille, computador, impressora Braille, máquina de escrever Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro e outros;

c) adquirir material didático específico para acessibilidade: textos escritos, provas, exercícios e similares ampliados conforme a deficiência visual do aluno, livros em áudio e em Braille, software para ampliação de tela, sintetizador de voz e outros;

d) adquirir e promover a adaptação de mobiliários e disposição adequada à acessibilidade;

e) disponibilizar informações em LIBRAS no site da Instituição;

f) disponibilizar panfletos informativos em Braille.

IV – Promover formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades especiais;

V – Estabelecer parcerias com as empresas, visando à inserção dos alunos com deficiência nos estágios curriculares e no mercado de trabalho (a ser preenchido quando da conclusão do prédio do Campus).

13 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (NAPNE)

O IFPB – Campus Mangabeira em observância ao que define o item anterior, consolidará sua política de atendimento a pessoas com deficiência, procurando desde a sua implantação efetivar ações no sentido de garantir a constituição do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE, bem como a implementação de infraestrutura necessária e equipe especializada para viabilizar ações de apoio ao processo de inclusão educativa.

13.1 Infraestrutura de segurança

O atual local onde o Campus Mangabeira funciona dispõe uma infraestrutura de segurança com o suporte de um sistema de segurança monitorado, com equipes de vigilantes atuando nos três turnos de funcionamento dos cursos. Os vigilantes situam-se em lugares estratégicos de forma a garantir a segurança nos diversos ambientes da escola. A empresa de segurança que presta serviço a Escola Técnica do Estado é a Força Alerta. O IFPB também dispõe o serviço de portaria prestado pela empresa Pará Serviços. A instituição conta com um sistema de combate a incêndio aprovado pelo CREA e Corpo de Bombeiros. O mesmo consiste de instalações em pontos estratégicos de caixas de incêndio simples e duplas, mangueiras de 15 metros e esguichos de 2.5”. Os blocos, laboratórios, setores e oficinas contam ainda, com a instalação de extintores de incêndio adequados às várias modalidades de fogo e devidamente dimensionados para aqueles ambientes.

14 LABORATÓRIOS

A definição dos laboratórios segue a orientação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos 2012.

14.1 Laboratório de Informática – I

Item	Qte	Valor Unit.	Valor Total	Observações
Mesa para docente	1	600,00	600,00	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Cadeira para docente	1	370,00	370,00	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Computador	30	1.500,00	45.000,00	Para atividades de docentes com aplicações específicas com acesso a internet.
Impressora Multifuncional	1	630,00	630,00	Equipamento para impressão de relatórios de avaliação das atividades simuladas (equipamento monitorado pelo professor)
Mesa para impressora multifuncional	1	260,00	260,00	Para funcionamento e apoio da impressora.
Quadro Branco	1	400,00	400,00	Tamanho mínimo: 4m. Pinceis coloridos sempre disponíveis com apagador.
Projetor (Datashow)	1	2.500,00	2.500,00	Para viabilização das atividades laboratoriais
TOTAL			R\$ 49.760,00	

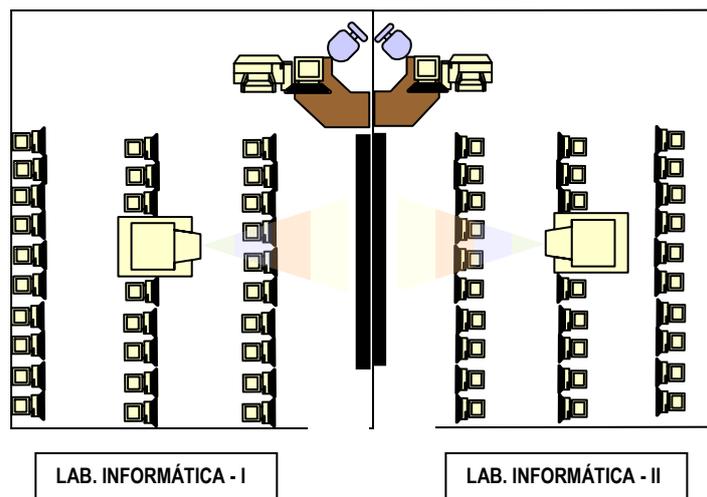
Infra estrutura de softwares e operações
<ul style="list-style-type: none"> · Pontos de rede individuais para cada estação de trabalho, com acesso à Internet; · Java Development Kit 1.6; · Eclipse 3.3; · Turbo Pascal 7.0 e PascalZim; · Dev C++; · Network Simulator; · Simulador SAP; · MPLAB; · Sistema Operacional Windows XP e Ubuntu.

14.2 Laboratório de Informática - II

Item	Qte	Valor Unit.	Valor Total	Observações
Mesa para docente	1	600,00	600,00	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Cadeira para docente	1	370,00	370,00	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Computador	30	1500,00	45.000,00	Para atividades de docentes com aplicações específicas com acesso a internet.
Impressora Multifuncional	1	630,00	630,00	Equipamento para impressão de relatórios de avaliação das atividades simuladas (equipamento monitorado pelo professor)
Mesa para impressora multifuncional	1	260,00	260,00	Para funcionamento e apoio da impressora.
Quadro Branco	1	400,00	400,00	Tamanho mínimo: 4m. Pinceis coloridos sempre disponíveis com apagador.
Projetor (Datashow)	1	2.500,00	2.500,00	Para viabilização das atividades laboratoriais
TOTAL			R\$ 49.760,00	
Infra estrutura de softwares e operações				

- Pontos de rede individuais para cada estação de trabalho, com acesso à Internet;
- Java Development Kit 1.6;
- Eclipse 3.3;
- Turbo Pascal 7.0 e PascalZim;
- Dev C++;
- Network Simulator;
- Simulador SAP;
- MPLAB;
- Sistema Operacional Windows XP e Ubuntu.

Os Laboratórios de Informática serão dispostos conforme o layout abaixo:



14.3 Laboratório de primeiros socorros.

O laboratório de primeiros socorros poderá ser substituído por atividades práticas e de observação a serem desenvolvidas sob supervisão docente em clínicas, prontos socorros ou outras instituições hospitalares voltadas aos cuidados de idosos.

14.4 Laboratório de suporte básico à vida.

O laboratório de suporte básico à vida poderá ser substituído por atividades práticas e de observação a serem desenvolvidas sob supervisão docente em clínicas, prontos socorros ou outras instituições hospitalares voltadas aos cuidados de idosos.

14.5 Laboratório didático: unidade de saúde.

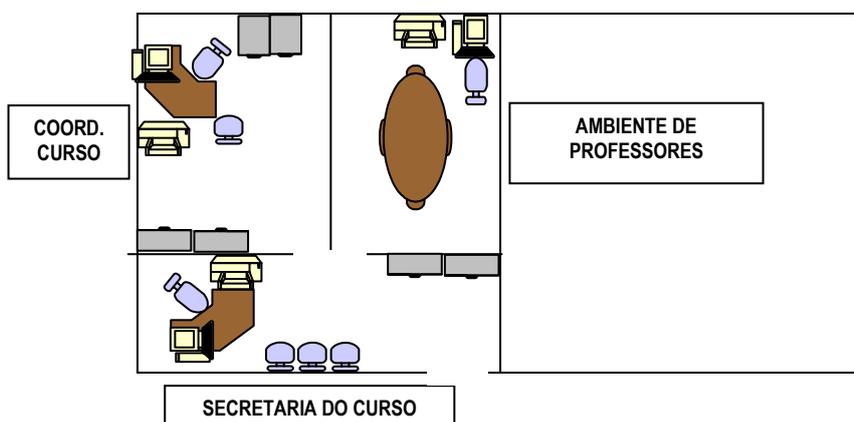
O laboratório de didático poderá ser substituído por atividades práticas e de observação a serem desenvolvidas sob supervisão docente em unidades de saúde ou outras instituições voltadas aos cuidados de idosos.

15 AMBIENTES DA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

Item	Qte	Valor Unit.	Valor Total	Observações
Mesa escritório p/ administração	5	500,00	2.500,00	Para viabilização das atividades administrativas
Cadeira escritório p/ administração	5	400,00	2.000,00	Para viabilização das atividades administrativas
Computador	5	1.500,00	7.500,00	Com acesso a internet
Notebook	1	2.500,00	2.500,00	Equipamento de suporte para as coordenações
Impressora Multifuncional	1	630,00	630,00	Equipamento para impressão de relatórios contratos, avaliações e serviços (equipamento monitorado pelo coordenador)
Impressora laser	1	1.470,00	1.470,00	Equipamento para impressão de relatórios contratos, avaliações e serviços (equipamento monitorado pelo coordenador)
Mesas para impressora	2	250,00	500,00	Para funcionamento e apoio das impressoras
Mesa para reunião	1	1.500,00	1.500,00	Mesa de apoio para reuniões com 4 lugares.
Cadeiras para reunião	8	400,00	3.200,00	Para apoio da mesa de reunião.
Cadeiras de apoio	5	250,00	1.250,00	Conjunto de cadeiras para recepção da unidade
Armário de aço com porta e chave	1	500,00	500,00	Armário disponível para acondicionamento de materiais
Armário de aço fichário com 4 gavetas (arquivo)	1	500,00	500,00	Armário disponível para acondicionamento de documentos dos alunos dos cursos
Ar condicionado split 20000 btus	1	2.500,00	2.500,00	Conforto térmico (ambiente coordenação)
Ar condicionado split 12000 btus	1	2.000,00	2.000,00	Conforto térmico (ambiente secretaria)
Bebedouro geláqua em coluna	1	700,00	700,00	Para melhor condição do ambiente
TOTAL			R\$ 29.250,00	

16 AMBIENTES DA COORDENAÇÃO DO CURSO

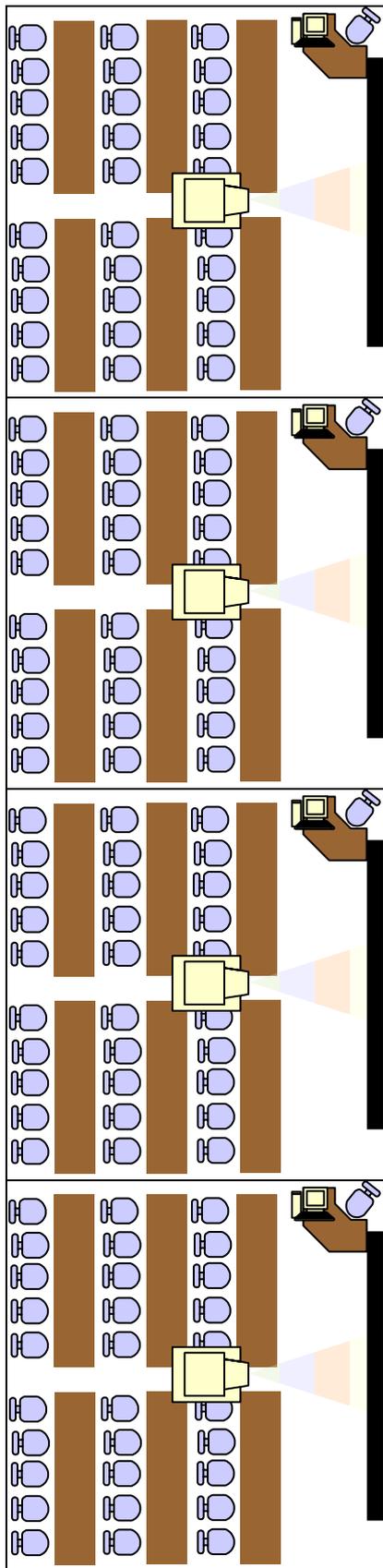
Nas instalações provisórias a Coordenação do Curso integrará o ambiente da Administração. Embora haja o projeto ou layout para as salas da Coordenação de cada curso, no IFPB, Campus Mangabeira.



17 SALAS DE AULA

Item	Qte	Valor Unit.	Valor Total	Observações
Mesa para docente	4	600,00	2.400,00	Para viabilização das atividades acadêmicas
Cadeira para docente	4	370,00	1.480,00	Para viabilização das atividades acadêmicas
Computador	4	1500,00	6.000,00	Com acesso a internet
Quadro Branco	4	400,00	1.600,00	Tamanho mínimo: 4m. Pincéis coloridos sempre disponíveis com apagador.
Projetor multimídia	4	2.500,00	10.000,00	Equipamento fixado no teto com caixa de proteção
Carteiras	160	200,00	32.000,00	40 carteiras por sala
TOTAL			R\$ 53.480,00	

A seguir, o layout para as salas de aula:



SALA DE AULA - I

SALA DE AULA - II

SALA DE AULA - III

SALA DE AULA - IV

18 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 26.07.2004.

_____. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **Decreto-Lei nº 1.044**, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Publicado no D.O.U. de 22.10.1969 e retificado no D.O.U. 11.11.1969.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Saúde. *Saúde da Família*. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/saudedafamilia>>. Acesso em: fev/2012]

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Arranjos Produtivos Locais - APL**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=2>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados 2011**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2011

_____. **Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. (Inserir na redação do texto)

_____. **Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 17.04.1975.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: MEC/SEMTEC. Educação Profissional: legislação básica. Brasília, 1998.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

_____. **Lei nº. 11.892, de 29 de Dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Publicado no D.O.U de 30.12.2008.

_____. **Portaria MEC n. 1.015, de 21 de julho de 2011.** Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Arranjos Produtivos Locais - APL.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=2>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados 2011.** Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

_____. MEC/SEB. **Principais Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação no PPA 2012-2015.**

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12492&Itemid=811

_____. MEC/SETEC. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, 2012/2014.**

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Levantamento de Microdados.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-microdados>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

CNE/CEB Parecer nº 1, de 5 de dezembro de 2014 – Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT – 2012).

CNE/CEB Parecer nº 11/2012 - Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

CNE/CEB. Parecer n. 11, de 09 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - DCN/EPTC

CNE/CEB. Resolução n. 4, de 06 de junho de 2012 - Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos** de Nível Médio.

CNE/CEB. Resolução n. 6, de 20 de Setembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCN/EPTNM

CNE/CEB. Resolução nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM.** Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/IFDM/>>. Acesso em: 15 de mar. 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

IFPB. Resolução CS-IFPB nº 83, de 21 de outubro de 2011 - Regulamento Didático para os Cursos Técnicos Subsequentes (2011)

_____. **Estudo de Viabilidade de Cursos.** (2012)

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI** (2010 - 2014).

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI** (2014-2019)

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba [CD-ROM]. Perfil Cidades, 2008.

PENA, G. A. de C. **A Formação Continuada de Professores e suas relações com a prática docente.** 1999. 80p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.

WEB:www.portalmangabeira.com.br. (acessado em 06 de setembro/2015)